

SILVIA LIRA STACCIOLI CASTRO

**“Aspectos teóricos e clínicos da
perversão”**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica

Rio de Janeiro

Maio 2004



Silvia Lira Staccioli Castro

Aspectos teóricos e clínicos da perversão

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio.

Orientadora: Prof^ª: Ana Maria Toledo Piza Rudge

Rio de Janeiro

Maio 2004



Silvia Lira Stacciolo Castro

Aspectos teóricos e clínicos da perversão

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof^a. Ana Maria Toledo Piza Rudge

Orientadora

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof. Marcus André Vieira

Departamento de Psicologia – PUC-Rio

Prof^a. Regina Herzog de Oliveira

Instituto de Psicologia – UFRJ

Prof. Paulo Fernando Carneiro de Andrade

Coordenador Setorial de Pós-Graduação e
Pesquisa do centro de Teologia e Ciências
Humanas – Puc-Rio

Rio de Janeiro, 10 dezembro de 2003

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Silvia Lira Staccioli Castro

Graduou-se em Psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2001. Trabalhou de 1999 a 2002 no Núcleo de Atenção à Violência (NAV), ONG situada no ambulatório Infanto-Juvenil do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (IPUB), que presta atendimento psicanalítico gratuito a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica, assim como a autores da agressão. Em 2002, ingressou como psicóloga na Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), mediante concurso público. Atualmente, coordena o setor de psicologia da Clínica de Fisiatria e Reabilitação (CFR) da PMERJ.

Ficha catalográfica

CASTRO, Silvia Lira Staccioli

Aspectos teóricos e clínicos da perversão/ ; orientadora: Ana Maria Toledo Piza Rudge. – Rio de Janeiro: PUC; Departamento de psicologia, 2004.

87p.

1. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia
Inclui referências bibliográficas.

1. Psicologia – Dissertação. 2. Aspectos teóricos e clínicos da perversão. 3. Perversão. 4. Recusa. 5. Castração I. Castro, Silvia Lira Staccioli II. Rudge, Ana Maria Toledo Piza. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. IV. Título.

CDD:004

Sempre se encontram homens de ciência para revestir com seu prestígio científico as interdições de que a cultura necessita e que a ciência, como tal, não pode em absoluto fornecer.

Lanteri-Laura, *Leitura das perversões: história de sua apropriação médica*, 1994[1979], p. 9.

Agradecimentos

Ao meu doce companheiro Marcelo, por alimentar meus sonhos; e com todo seu amor, paciência e sabedoria, me levar a concretizá-los.

Aos meus queridos pais, por tudo que me fizeram acreditar ser possível construir.

Às minhas irmãs, pela força e amizade.

À minha analista Dalmara Abla, por me instigar a concluir este projeto.

À minha orientadora Ana Maria Rudge, grande “mestre” que soube me provocar o apetite pelo saber, que me incentivou a superar as dificuldades e crescer através delas.

À PUC-Rio, pelo auxílio concedido que viabilizou este trabalho.

Aos professores da PUC-Rio, Carolina Lampreia, Cláudia Amorim Garcia, Marcus André Vieira e Maria Helena Zamora, pela semente que plantaram na busca do conhecimento.

Aos colegas do grupo de pesquisa, pela interlocução; sem ela, esse trabalho jamais seria possível.

Resumo

Castro, Silvia Lira Staccioli. **Aspectos teóricos e clínicos da perversão**. Rio de Janeiro, 2003. 87p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A dissertação tem como proposta desenvolver um estudo sobre a teoria de Freud e Lacan sobre a perversão. Primeiramente, cabe destacar que na metapsicologia freudiana encontram-se duas acepções em que o termo perversão é empregado: uma, de ordem estrutural, relativa à natureza aberrante da sexualidade infantil, que não se conforma a um padrão natural ou instintivo, e outra relativa a uma dinâmica psíquica fundada na recusa da castração, cujo paradigma é o fetichismo. Enquanto Freud ditou os eixos centrais da teoria da perversão, Lacan abordou a posição do sujeito frente ao outro, em relação ao gozo e ao desejo. Mostrou que o perverso se coloca no lugar de objeto a, se oferecendo como instrumento de gozo do Outro. Sua atuação sintomática se resume a dividir subjetivamente o outro, a quem transfere sua angústia de castração.

Privilegiou-se, neste trabalho, uma perspectiva da perversão não como uma estrutura, mas sim como um discurso. No esquema freudiano, recusa e recalque não são excludentes, o que indica que a dinâmica perversa inclui uma face neurótica. Assim, questiona-se as idéias de que para o perverso o outro não existe, de que ele não se angustia e de que não é acessível à análise. Por fim, aborda-se a forma como costuma se estruturar o campo transferencial, visando salientar aspectos relativos à direção do tratamento.

Palavras-chave

Perversão, recusa, castração, falo, gozo, desejo.

Abstract

Castro, Silvia Lira Staccioli. **Theoretical and clinical aspects of perversion.** Rio de Janeiro, 2003. 87p. MSc. Dissertation – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The dissertation has the objective of developing a study of the Freud's and the Lacan's theory about perversion. It is important to note that two different meanings of the word perversion can be found in the Freud's metapsychology: one, of a structural order, refers to the aberrant nature of the infantile sexuality, which does not conform to a natural or instinctive pattern; and the other corresponds to a psychic dynamics based on the disavowal of the castration, and has fetichism as its paradigm. While Freud established the central axes of the theory of perversion, Lacan elaborated on the subject's position in relation to the other, and his relationship with jouissance and desire. Lacan showed that the perverse puts himself in the place of the object "a", offering himself as an instrument of the Other's jouissance. His symptomatic performance has the objective of dividing subjectively the other, to whom he transfers his castration anxiety.

The main focus of this work is the perversion's perspective as a discourse and not as a structure. In the Freudian's scheme, disavowal and repression does not exclude each other, and this indicates that the perverse dynamics includes a neurotic face. Thus, the ideas that the other does not exist to the perverse, that he does not suffer from anxiety, and that he is not accessible to analysis, can be argued. Finally, the form by which the transferencial field is often structured will be examined aiming to point out some aspects relative to the direction of the treatment.

Keywords

Perversion, disavowal, castration, phallus, jouissance, desire.

Sumário

1.Introdução	09
2. Apropriação científica da perversão	16
2.1. Histórico das perversões sexuais	16
2.2. Subversão freudiana	19
2.2.1. Primeiro tempo em Freud	26
2.2.2. Perversão e traço perverso	34
2.2.3. Segundo tempo: fetichismo – paradigma da perversão	38
2.3 Perversão em mulheres?	48
3. Novo paradigma com Lacan	49
3.1. Lógica fálica e dialética edipiana	49
3.2. Desejo, angústia e gozo na perversão	57
3.2.1. Kant com Sade	57
3.2.2. Fetiche negro	59
4. Aspectos clínicos da perversão	63
4.1. Discurso perverso	63
4.2. Casal perverso	66
4.2.3. Vicissitudes da clínica com perversos	71
5. Conclusão	80
6. Referências Bibliográficas	83

1

Introdução

A presente dissertação tem como objetivo principal o estudo do tema da perversão no campo da psicanálise, visto que, em primeiro lugar, a construção teórica a esse respeito, realizada por Freud, é impregnada por influências da literatura psiquiátrica; e, em segundo lugar, porque seu pensamento sofreu transformações ao longo de sua obra. Ou seja, dependendo do artigo a que se faça referência na metapsicologia freudiana, se tem uma concepção particular do que representa a perversão.

Ora, quanto à primeira razão que motiva a escrita deste trabalho, sabe-se que Freud inventou uma nova ciência e, para construí-la, precisou buscar fundamentos teóricos e referências clínicas na medicina. Esta foi a forma com que se inaugurou o conhecimento produzido na psicanálise sobre a perversão. Partiu-se das aberrações sexuais que haviam sido descritas e catalogadas minuciosamente pelos estudos médicos. Assim, Freud tomou emprestada a nosografia psiquiátrica, ao mesmo tempo em que dela procurou se distanciar.

Quanto à segunda razão, cabe esclarecer previamente, ainda que eu vá explicá-la com mais detalhes no primeiro capítulo, que existem dois campos em que o termo perversão é utilizado, radicalmente diversos. No início dos trabalhos de Freud, o termo veio a caracterizar a sexualidade infantil de forma universal. Já, num segundo momento, a perversão passou a representar também uma constituição subjetiva peculiar, cujo modelo teórico é representado pelo fetichismo.

Uma das referências bibliográficas centrais deste estudo é a metapsicologia freudiana, acrescida da produção de outros importantes pesquisadores da teoria psicanalítica como Assoun, Garcia-Roza e Valas. Assim, apresento um exame das proposições freudianas acerca da perversão, assim como sobre outras questões afins, como o complexo de castração e o complexo de Édipo.

A segunda referência bibliográfica que constitui o eixo central desta pesquisa, é a obra de Lacan. Selecionei alguns de seus seminários, a citar o IV, V, VII, X e XI, e os *Escritos*, dos quais destaco e comento algumas passagens, nas

quais o autor faz referência ao tema. Para me auxiliar neste trabalho, recorri à literatura de comentadores de sua obra, como Dor e Zalcberg.

Enfim, após apresentar, no primeiro e segundo capítulos, respectivamente, as teorias de Freud e de Lacan a respeito da perversão, dedico-me no terceiro capítulo a estudá-la clinicamente, trazendo um pouco da minha experiência e a de outros psicanalistas como Clavreul, Helsinger e Rudge.

Início a dissertação por um exame histórico do conceito de perversão, tema da primeira seção do segundo capítulo (2.1), imbuída da proposta de contextualizar a produção teórica freudiana. Afinal, percebi que era preciso remontar às teorias sobre as perversões sexuais vigentes na época em que Freud desenvolvera sua tese, já que em seu trabalho identifica-se a influência de algumas delas, explicitada nas muitas referências que fez, nos primeiros trabalhos, à literatura psiquiátrica.

Com o propósito de compreender as reflexões freudianas sobre os conceitos médicos das aberrações sexuais, empreendo uma pesquisa detalhada sobre o surgimento da concepção de perversão, tendo como referência bibliográfica o livro de Lanteri-Laura, *Leitura das perversões: história de sua apropriação médica* (1979). A escolha foi feita em função de ter nele encontrado uma vasta e minuciosa investigação sobre a história de como a ciência se tornou a grande interessada pelas perversões sexuais. Com ele, aprendi que a medicina moderna foi a maior estudiosa do tema, impulsionada por exigências legais. A partir de uma demanda do Direito, os psiquiatras se viram desafiados a descobrir sobre o mal do qual sofriam os criminosos sexuais.

Através de inúmeras e isoladas pesquisas sobre os tipos de desvios, foi compilada uma série de comportamentos perversos, constituindo-se assim uma classificação médica com fins de diagnóstico. Ao mesmo tempo, produziu-se um novo campo de conhecimento sobre a própria sexualidade. Dessa forma, a medicina inaugurou um discurso inédito a este respeito, no qual era incluída a ordem privada pela primeira vez na história do pensamento científico.

Atendendo a uma demanda da nova classe social, a burguesia europeia, a medicina ofereceu seu conhecimento em prol de uma maior liberdade sexual. A noção de normalidade no tocante à vida sexual foi revista, e dessa maneira uma vivência sexual prazerosa sem fins reprodutivos passou a ser aceita.

Contudo, apesar das grandes mudanças engendradas pela ciência médica, ainda se admitia a existência de um padrão referencial regulador da atividade sexual, determinado por regras fisiológicas. Em tese, esperava-se do homem o mesmo comportamento dos animais de sua espécie, pois a sexualidade era vista sob um viés biológico.

Nesse contexto, portanto, Freud foi o grande revolucionário, por ter subvertido a noção de normalidade, pervertendo-a. Desse modo, é verdadeiro afirmar que Freud subjetivou as perversões, tema que será tratado na segunda seção do segundo capítulo (2.2). Na primeira seção, busco retroceder ao momento do nascimento da psicanálise, inaugurado pelo trabalho clínico com as histéricas. Elas ensinaram a Freud que seus sintomas “falavam”, portanto eram plenos de significação. Na realidade, eles representavam a própria atividade sexual neurótica, eram “satisfações substitutivas da sexualidade reprimida [leia-se recalcada]” (Freud, 1996[1926(1925)], p.257). Na histeria, todo o afeto recalcado era convertido em um só órgão, que se encontrava, a partir de então, revestido libidinalmente.

Freud, dessa forma, ampliou a noção de sexualidade¹ e excluiu a de instinto. No seu lugar, privilegiou o conceito de pulsão, definido como uma constante pressão advinda do corpo, que exige trabalho à vida anímica.

Entretanto, ao contrário do instinto, que circunscreve um objeto natural, a pulsão não tem um objeto próprio. Observando as crianças, Freud concluiu que a sexualidade infantil é perversa polimorfa; aliás a própria sexualidade dos adultos tem essa mesma característica, já que eles conservam uma multiplicidade de formas de satisfação sexual. Essa constatação levou à formulação da grande visada da teoria psicanalítica freudiana, que concebeu a perversão sexual como normal. Dessa forma, o que antes era visto como desvio passou a ser considerado regra da sexualidade humana.

Sendo assim, chegou-se ao entendimento que a perversão sexual tem sua origem na infância e deriva da fixação de uma pulsão pré-genital que escapou do recalque. Portanto, a partir dessa afirmação é possível compreender o célebre

¹ Freud afirmou não ser tarefa fácil determinar o significado da expressão *sexual*. Dizia ele, “talvez a única definição acertada fosse ‘tudo o que se relaciona com a distinção entre os dois sexos’” (Freud, 1996[1917(1916)], p.309).

aforismo: “a perversão é o negativo da neurose” (Freud, 1996[1905], p.157). Ou seja, o que é recalçado na última, é vivido sem culpa na primeira.

A concepção de que a fantasia perversa é atuada na perversão e recalçada na neurose é o tema da seção 2.2.2. Nela, proponho distinguir a perversão de um traço perverso, que é encontrado na neurose e expresso na construção de uma fantasia masoquista. Esta fantasia é um resquício do complexo de Édipo e tem sua origem na ambivalência afetiva em relação ao pai, assim como na culpa derivada de desejos incestuosos. Além disso, nesta mesma seção, retomo a conceitualização freudiana de masoquismo e seus três tipos: erógeno, moral e feminino.

Certamente, uma grande virada na teoria psicanalítica ocorreu em 1927, com a formulação de uma dinâmica psíquica perversa presente no fetichismo, que se tornou o paradigma da perversão, tratada na seção 2.2.3. Neste tópico, abordo a constituição psíquica perversa operada nos meninos pela recusa da castração, seguida da invenção do fetiche – símbolo do pênis da mãe e representante do triunfo sobre a ameaça de castração.

Logo, no que se refere ao estudo da perversão, pode-se identificar a existência de dois tempos² no pensamento freudiano. No primeiro, a perversão é efeito da falta de organização da sexualidade em torno do genital; e no segundo, é consequência da posição do sujeito que recusa a diferença sexual e, dessa forma, a castração.

Em todos os momentos em que Freud fez referência à perversão, tomada no segundo tempo, ou seja, como uma dinâmica psíquica particular e distinta da neurose e psicose, apenas aludiu aos homens, nunca às mulheres. Por isso então, surge a seguinte dúvida: é possível encontrar perversão em mulheres? Dedico-me a essa questão na seção 2.3, na qual as referências bibliográficas são de Valas, André e Zalcberg.

No terceiro capítulo, apresento um novo paradigma da perversão construído por Lacan a partir da retomada de alguns pontos da teoria freudiana, como o fetichismo, a identificação do perverso com a mãe e com o fetiche, e até o caso Hans.

Com a criação de novos conceitos como grande Outro, pai simbólico, falo e gozo, para citar os mais importantes no tocante à perversão, e de novas

² Deve-se ressaltar que essa divisão tem finalidade didática e dessa maneira, não pretende esgotar as mudanças e avanços teóricos ocorridos na metapsicologia freudiana ao longo deste período.

dialéticas como a lógica fálica e entrada do pai como agente da castração, entre outras, Lacan avançou inegavelmente em questões relativas à perversão.

Em primeiro lugar, as perversões foram por ele localizadas no período em que a mãe é o único objeto de amor tanto da menina como do menino, e no qual, o falo é o significante fundamental, conforme mostro na 1ª. seção do 3º. capítulo (3.1). Nesta fase, mãe e filho estabelecem uma relação de completude imaginária, que é suplantada na neurose com a entrada do pai simbólico, figura que interdita a mãe como objeto do desejo incestuoso infantil. O pai simbólico é somente representável através de uma construção mítica, como aquela que Freud apresentou no texto *Totem e Tabu* (1913), reproduzida nesta mesma seção.

Na perversão, o destino do complexo de Édipo é outro, e não aquele sobre o qual conhecemos nos textos de Freud de 1923, 24 e 25, que é próprio ao neurótico. A função paterna falha e desse modo, a relação imaginária entre criança e mãe se fixa. Desta maneira, o pai não é capaz de transmitir a verdade da Lei, que é a castração. Por essa razão, a relação que o perverso estabelece com as leis é de ultraje, transgressão e desafio.

Na segunda seção do terceiro capítulo (3.2), abordo a posição do sujeito em relação ao desejo e ao gozo na perversão, cujo objetivo primeiro é recusar a angústia de castração, transferindo-a ao outro, que tem sua divisão subjetiva acentuada.

Em primeiro lugar, na seção 3.2.2, retomo o principal artigo de Lacan sobre a perversão, *Kant com Sade* (1963), no qual é apresentada a relação do perverso com a Lei do gozo.

Em suma, Lacan (1998[1962-63]) revolucionou os estudos sobre a perversão ao introduzir a teoria de que o perverso se transmuda em objeto a e assim se cristaliza em um objeto eterno, oferecendo-se como instrumento de gozo do Outro. Portanto, o perverso se faz objeto, escravo dos ditames de um Deus instaurado no malefício.

Trabalha intensamente para se livrar da angústia de castração, e dessa forma, busca aniquilar o desejo, já que este pressupõe uma tolerância à falta e remete à castração. O desejo então é escamoteado, encoberto pelo gozo, que se torna consistente, e em alguns momentos, até petrificado. Há uma consistência de gozo garantida pelo fato do fetiche estar à mão, o que impede qualquer interrogação sobre o desejo. Por isso, Lacan fez referência a um mais gozar perverso.

No quarto capítulo, discuto os aspectos clínicos da perversão. E, dentro do contexto transferencial, próprio à análise, ela deve ser apreendida sob sua forma manifesta, isto é, como um discurso, que é performativo por excelência. Este termo – performativo – foi definido por Austin (2000) como um ato que se constitui na fala. Desse modo, trata-se de uma linguagem que faz coisas, isto é, produz efeitos, por isso mesmo, é própria à sedução e outras formas de dominação do outro.

Para exemplificar esse tipo de discurso, recorri ao trabalho de Felman (1980) sobre o personagem da literatura, Don Juan. Ele seduz a todos, homens e mulheres, oferecendo a cada um seu ideal narcísico. Brinca com a performatividade da fala e com sua propriedade auto-referente, e dessa maneira se defende do desejo e do encontro com a castração.

Apesar de utilizar o conceito de ato-sintoma (McDougall, 1980), de uma autora da escola inglesa, para indicar a forma do sintoma na perversão, discordo da aproximação feita por esta corrente entre perversão e psicose. Acredito ser mais coerente aproximar da primeira a neurose, por diversos fatores, os quais comentarei brevemente. O primeiro deles soa óbvio, pois na perversão há um recalque que incide sobre a recusa da castração; segundo fator, a mãe continua proibida na perversão, portanto o complexo de Édipo sofreu dissolução e sendo assim, não se pode afirmar taxativamente que não existe a Lei para o perverso; terceiro e último argumento, ele não procura um psicótico para angustiar e dividir, necessita de um neurótico, que se sabe castrado, culpado e colado a seu fantasma masoquista.

Com a finalidade de enriquecer o estudo teórico, trago neste mesmo capítulo uma vinheta de um caso atendido por mim, ilustrativo das características do enlace amoroso perverso e da reificação da perversão no discurso histérico. Acredito que a categoria *casal perverso*, proposta por Clavreul (1967), contribui para a abordagem de aspectos da perversão que se manifestam clinicamente, inclusive no que diz respeito à dinâmica que se estabelece entre analista e analisando na transferência.

Para finalizar, o debate que empreendo nesta dissertação visa desconstruir noções teóricas que afastam a perversão da psicanálise, alocando-a à margem. Muito já foi dito e construído sobre a neurose e a psicose, enquanto o campo da

perversão ainda é menos pesquisado. Geralmente se discute sobre os impasses da clínica da perversão, aqui porém, desejo discutir sobre suas vicissitudes.

2 Apropriação científica da perversão

2.1 Histórico das perversões sexuais

Antes de iniciar o estudo sobre a perversão na metapsicologia freudiana, considero necessário resgatar o conhecimento produzido anteriormente a Freud, visto ter sido este reproduzido, em certo aspecto, nas suas idéias. Uma pesquisa bibliográfica sobre este assunto revelou ser a obra de Lanteri-Laura (1994[1979]) fundamental para tal fim.

A medicina do século XIX, referência maior no estudo deste tema, se apropriou das perversões sexuais, movida por uma demanda do direito positivista, na busca do conhecimento sobre as alienações mentais (Lanteri-Laura, 1994[1979]). A perversão passou a constituir objeto de estudo científico, tendo ganhado importância nesta medida.

Os estudos médicos eram realizados exclusivamente em função dos interesses jurídicos em conhecer o que havia se passado com a vítima na situação criminosa, e não tinham por finalidade efetuar uma avaliação psicopatológica do réu (*Ibid.*). Logo, o saber médico servia à justiça para um maior conhecimento objetivo sobre o crime, porém não tinha o poder de interceder no processo jurídico e avaliar a condição de imputabilidade de quem estava sendo julgado, diferentemente do que ocorre na atualidade.

Inicialmente, a medicina moderna construiu uma patologia geral. Somente com o passar dos anos, uma patologia específica, psiquiátrica, foi elaborada. Os primeiros estudos desenvolvidos, principalmente nos países germânicos, limitavam-se a descrever as inúmeras práticas sexuais bizarras, e tinham até um tom de humor (*Ibid.*). Visavam conhecer os fenômenos perversos e modificar a legislação, tornando-a mais liberal e menos repressiva; isto se deu de fato em relação à homossexualidade, da qual foi retirado o caráter monstruoso (*Ibid.*).

Quanto à teoria, o conhecimento ainda não era sistematizado, e a clínica era muito abrangente e imprecisa (*Ibid.*). Um ordenamento teórico em torno da questão só foi possível com a obra de Magnan (1885), pela introdução de uma categoria objetiva de análise diagnóstica – a interpretação neurofisiológica,

realizada através de um exame sobre o sistema nervoso central. Uma vez localizado um desequilíbrio mental, justificava-se a incidência da perversão, cuja etiologia acreditava-se ser de natureza congênita e degenerativa hereditária.

A utilização sistemática do termo *perversão* deve ser creditada a este psiquiatra francês pela publicação, no final do século XIX, de *Anomalias, Aberrações e Perversões Sexuais* (1885). Sobre sua importância, cabe citar Lanteri-Laura (1994[1979], p.46): “(...) a síntese de Magnan parece-nos o testemunho mais exato da teoria positivista das perversões do fim do século XIX.”

A correlação estabelecida, nos estudos da escola francesa, entre perversão sexual e desequilíbrio orgânico provocou uma grande transformação histórica, as perversões deixaram de ser vistas como desfaçatez e passaram a ser compreendidas como doenças.

Entretanto, ainda se manteve uma divisão no campo das perversões separando o ridículo/risível/teatral do monstruoso/grotesco/desumano (Krafft-Ebing, 1892). Deste segundo grupo, faziam parte as seguintes aberrações sexuais: zoofilia, pedofilia e gerontofilia. Já o sadismo, masoquismo, fetichismo e exibicionismo eram condutas ilícitas menores e até mesmo cômicas, por isso entravam no primeiro grupo. Portanto, verifica-se que um caráter valorativo era empregado em relação às variações de aberrações sexuais.

Dessa forma, a medicina demarcava o campo dos perversos perigosos, a serem excluídos, separando-os daqueles que suscitavam piedade, como os homossexuais, que eram condenados na justiça por sua condição sexual. Cabia ao especialista determinar se se tratava de um bom ou mau perverso.

Curioso notar que em seu caminho pelo conhecimento científico, a medicina inaugurou uma discussão inédita sobre sexualidade, já que no séc. XIX ainda era incomum para o legislador interferir no âmbito privado, pois não havia interesse público (Ibid.). Para citar alguns exemplos: Magnan (1885) interpretou o orgasmo em sua natureza biológica, descrevendo o seu funcionamento em termos neuro-fisiológicos; já Krafft-Ebing, escritor de *Psychopathia Sexualis* (1892), desvinculou a reprodução do prazer sexual, enumerando diversas satisfações eróticas que não pareciam estar a serviço da preservação da espécie. Portanto, o psiquiatra alemão foi um dos precursores de um discurso sexual menos repressor e moralista, que veio a se constituir de forma mais sistemática e revolucionária pela psicanálise.

Assim, Lanteri-Laura indica a existência de pensadores, anteriores a Freud, que contestavam a noção de normalidade da época. Dessa forma, sua tese se funda na idéia de que o corte epistemológico, efetuado por Freud, não teria sido tão radical quanto crêem alguns pesquisadores. Afinal, a medicina se propôs a estudar mais detalhadamente o que dizia respeito à atividade sexual, e chegou a traduzir o prazer para a linguagem biológica, fato que teve como consequência a naturalização da satisfação sexual.

Como efeito desta evolução científica, ocorreu um significativo progresso social, pois a reprodução foi relegada a um plano secundário, deixando em evidência a finalidade de obtenção do prazer sexual. Dessa maneira, as carícias e gestos preliminares necessários ao orgasmo, tachados de vícios ou perversões, perderam grande parte de seu valor pecaminoso, na medida em que foram autorizados pela ciência médica.

Em suma, a medicina propôs um moralismo com certa ambigüidade, definindo o que era aceitável e o que não era, tendo como parâmetro as regras fisiológicas (Ibid.). Cabe pinçar um trecho da obra de Lanteri-Laura que indica o papel da ciência médica no controle dos costumes sociais.

“A cultura dos primórdios do século XX esperava da ciência que ela lhe demonstrasse quais os comportamentos sexuais que se revelavam conformes à natureza e, com isso, lícitos, e quais se situavam fora dela: tratava-se da busca de uma norma sexual fundamentada na ciência”(Lanteri-Laura, 1994[1979], p.134).

Além da demanda do poder judiciário, que impulsionou a medicina positivista em direção ao terreno desconhecido das perversões sexuais, outros fatores também contribuíram para torná-la detentora e ordenadora desse discurso: o espaço vazio deixado pela Igreja, que havia perdido grande parte de seu domínio, o prestígio que o ordenamento médico conquistou entre os burgueses, e a reivindicação desta nova classe social por uma maior liberdade sexual. O discurso médico veio justamente ao encontro dessa demanda, tendo como finalidade regular o prazer.

Assim, cabia à medicina a seguinte função social, determinar o que era uma perversão sexual e de que maneira era possível prevê-la. Neste âmbito da prevenção, a teoria positivista das perversões desenvolvida por Magnan (1885) se aproximava da escola naturalista italiana de criminologia de Lombroso (*Ibid.*).

Segundo a concepção lombrosiana, estigmas físicos como a altura, o formato do queixo e do nariz, tinham correspondência direta com anomalias. Por isso, procurava-se estabelecer uma ligação científica entre os vários tipos de crime e as características físicas dos criminosos. Visava-se desta forma traçar o perfil do homicida, estuprador, etc., para então serem mais facilmente identificados os suspeitos de um determinado crime. Em analogia, para Magnan (1885), era preciso buscar os estigmas psíquicos do desequilíbrio mental, isto é, seus impulsos e obsessões, sem prescindir, porém, dos estigmas físicos e da herança familiar (Lanteri-Laura, 1994[1979]).

Enquanto os psiquiatras identificavam a deficiência orgânica, relativa ao sistema nervoso central, como fator etiológico da perversão sexual, Freud atribuía sua causa a determinantes psíquicos. Assim, havia uma significativa diferença semântica: enquanto a medicina se baseava numa visão negativa das perversões, a psicanálise se calcava numa visão positiva.

2.2

Subversão freudiana

Dei este título à seção pois desejo sublinhar a idéia de que apesar de Freud ter feito uso do conhecimento produzido pela psiquiatria moderna sobre as perversões sexuais, não lhe deu prosseguimento, mas pelo contrário, abordou o tema de forma inédita e revolucionária. A perversão foi vista pela psicanálise de forma diferenciada da medicina por uma questão inerente aos seus alicerces teóricos e sua metodologia científica.

No primeiro momento de construção teórica freudiana, a expressão *perversão sexual* designava a qualidade aberrante da própria sexualidade. Logo, a psicanálise se apropriou de um objeto da psicopatologia com o propósito de desconstruí-lo.

A produção teórica freudiana, orientada pela prática clínica, promoveu no final do século XIX um corte epistemológico com o saber vigente. Nesta época, a medicina classificava dois tipos de doença: uma de sintomatologia regular causada por lesões orgânicas e outra, chamada de doença nervosa, de sintomatologia irregular e causa desconhecida (Garcia-Roza, 1998[1984], p.32).

Charcot, um renomado neurologista francês da época, com quem Freud estudou em Paris, iniciara seus estudos sobre a histeria, tipo específico de doença nervosa, esperando identificar sua causa. Apesar de não encontrar uma razão orgânica para o adoecimento histérico, constatara a manifestação de um padrão regular de sintomas, o que lhe permitiu excluir o caráter de simulação e encenação da histeria, possibilitando sua inclusão no âmbito das doenças neurológicas (*Ibid.*).

Segundo ele, havia em algumas pessoas uma predisposição hereditária de produzir um estado hipnótico em decorrência de um trauma psíquico. Nesse estágio, o sujeito se tornaria propenso à sugestão, podendo ocorrer então uma paralisia ou cegueira, entre outros sintomas histéricos.

Charcot já havia se dado conta de que o conteúdo do trauma era sexual, porém ignorara em sua obra a relação que parecia existir entre histeria e sexualidade, enquanto Freud, ao contrário de seu professor, transformou esta ligação em um pacto, ponto de partida e núcleo central de sua investigação psicanalítica (*Ibid.*). Portanto a psicanálise, diferentemente da psiquiatria, se propunha a escutar o sintoma em sua significação psíquica, pois o entendia como uma formação substituta de “uma série de processos, desejos e aspirações investidos de afeto”, correspondentes à própria atividade sexual dos neuróticos” (Freud, 1996[1905], p.155).

Apesar da hipnose ter se mostrado uma terapêutica eficiente para aliviar o mal-estar do qual as histéricas se queixavam, não impedia que o sintoma reaparecesse, ou que, no seu lugar, surgissem novos sintomas.

Então, com o objetivo específico de eliminar a causa dos distúrbios, a partir de 1889, Freud adotou o método catártico proposto por Breuer¹. Este tratamento consistia em fazer o paciente, sob hipnose, voltar ao momento anterior ao aparecimento da doença, a fim de que fosse lembrado o acontecimento traumático cuja memória havia sido dissociada, e, desse modo, se promovesse a ab-reação (descarga) do afeto estrangulado ligado ao trauma.

Em 1895, Breuer e Freud publicaram um artigo intitulado *Estudos sobre histeria*, no qual foi apresentada a teoria da catarse, segundo a qual, na histeria, os

¹ Em publicação datada de 1926 das Obras Completas de Freud, consta a informação de que Breuer desenvolvera sua pesquisa em época anterior a Charcot e Janet (1880-2), entretanto deixara-a de lado por dez anos, tendo sido retomada com o auxílio de Freud.

sintomas “se originam através da energia de um processo mental que é afastado da influência consciente e desviada para a inervação corporal (‘conversão’)” (Freud, 1996[1926(1925)], p.253). Uma vez sob “estado de sonambulismo hipnótico”, as “cenas patogênicas” são revividas (*Ibid.*, p.253) e dessa forma o afeto que fora inibido é extravasado, fazendo desaparecer os sintomas.

Contudo, Freud encontrou obstáculos na prática dessa técnica, pois algumas pacientes não eram hipnotizáveis e havia casos em que o sintoma reaparecia depois de algum tempo. Ainda havia outro dado importante, quando as pacientes acordavam do estado hipnótico não se lembravam de nada que haviam dito. Assim, todo o trabalho de rememoração das cenas traumáticas, realizado durante o estado de transe, era perdido.

Em razão desses fatores, Freud foi levado a abandonar este método, fazendo surgir a *psicanálise*, segundo suas próprias palavras (Freud, 1996[1925b(1924)], p.36). Com a formulação de conceitos-chave como transferência, defesa, resistência e conversão, a teoria do trauma e da ab-reação, juntamente com o método catártico, perderam sua importância e valor, sendo postos de lado (Garcia-Roza, 1998[1984]). Era preciso lançar mão de um novo método terapêutico que possibilitasse o acesso à consciência do material recalado retido por resistências.

Surgiu então uma nova prática clínica fundada na associação livre, segundo a qual o paciente deveria dizer o que lhe viesse imediatamente à cabeça e seguir falando tudo que recordasse, evitando censurar os próprios pensamentos. Foi essa clínica que permitiu a verificação da manifestação da resistência, antes oculta pela suspensão da censura durante a hipnose, o que resultou no amplo acesso à defesa.

Nesta época, Freud acreditava ser este o modo de localizar o acontecimento traumático e chegar ao núcleo das idéias patogênicas. A dificuldade do sujeito de lembrar alguns aspectos de sua vida na infância era uma espécie de amnésia psicológica, que sinalizava a presença de um material “esquecido” (recalado) localizado subjacente ao sintoma.

O analista testemunhava dessa forma a manifestação externa da defesa, definida como uma forma de censura do eu diante de uma representação ameaçadora que, em razão de seu conteúdo sexual, deveria ser mantida afastada da consciência.

A partir dessa perspectiva, o inconsciente – zona de desconhecimento do eu – passou a ter um lugar central na metapsicologia freudiana, constituindo-se no foco de seus estudos.

As “descobertas” freudianas de que há sexualidade nas crianças, de que o sonho é a realização de um desejo infantil recalcado e de que o sintoma histérico é a atividade sexual neurótica, implicaram na desconstrução de uma visão biologizante sobre o homem. Freud admitiu a existência de uma sexualidade infantil, definida como perversa polimorfa. Nestes moldes, os desvios sexuais eram inevitáveis.

A publicação dessas idéias despertou muitas críticas negativas e desconfianças quanto a sua validade. Por tudo isso, Freud foi acusado de promover um pan-sexualismo, entretanto seu discurso sobre a sexualidade (inclusive infantil) não era inédito, pois esse já era um tema estudado pela medicina, psiquiatria, pedagogia, e outros saberes no século XIX, como demonstrou Foucault:

“A grande originalidade de Freud não foi descobrir a sexualidade sob a neurose. A sexualidade estava lá, Charcot já falara dela. Sua originalidade foi tomar isto ao pé da letra e edificar a partir daí a *Traumdeutung*, que é algo diferente da etiologia sexual das neuroses (...), o forte da psicanálise é ter desembocado em algo totalmente diferente que é a *lógica do inconsciente*”. (Foucault, 1979, p.261 e 266 *apud* Garcia-Roza, 1998[1984], p.41, grifo meu).

A obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, publicada em 1905, é uma boa referência para ilustrar o nascimento de um novo campo de conhecimento. Através da leitura deste artigo, verifica-se o movimento de Freud de aproximar o chamado desvio da normalidade, produzindo uma verdadeira inversão de sentido. A atividade sexual manifestada pelas crianças, cindida em seus impulsos parciais, foi tomada por ele como normal e universal, modelo da sexualidade adulta.

Assim, Freud se ateu à importância da atividade sexual infantil, a saber: ereções, masturbação e atividades semelhantes ao coito, classificadas na literatura médica pediátrica como “processos excepcionais, curiosidades ou exemplos assustadores de depravação precoce” (Freud, 1996[1905], p.163), e relidas pela psicanálise como manifestações da pulsão sexual.

Segundo a concepção freudiana, o recém-nascido traz germes de moções sexuais que continuam a se desenvolver por algum tempo até serem suprimidos, o

que ocorre de forma progressiva com a incidência do recalque. Através dele são erigidas, pouco a pouco, forças anímicas tais como nojo e vergonha, que criam obstáculos ao caminho da pulsão sexual, estreitando seu curso, como fazem os “diques” com o caminho das águas (Freud, 1996[1905], p.166-167). Ou seja, Freud acreditava que a sexualidade ia sendo moldada de acordo com padrões e normas ditadas pela cultura, por isso não se poderia fazer alusão ao instinto.

No momento em que há uma intensificação do recalqueamento (*Verdrängung*), se inicia o período de latência. Mesmo durante esse estágio, o afluxo pulsional não se interrompe completamente, pois sua energia é desviada total ou parcialmente do objetivo sexual e voltada para outros fins como a sublimação (*Ibid.*).

Dessa forma, a pulsão sexual pode ser entendida como uma pressão ininterrupta, que flui continuamente, impulsionando o sujeito na busca de sua satisfação. Esta é obtida sempre parcialmente através da descarga de energia acumulada que ultrapassa os limites estabelecidos pelo princípio de constância.

A pulsão em si não possui qualidade alguma, devendo ser considerada apenas como uma medida da exigência de trabalho feita à vida anímica por uma parte do corpo, denominada de zona erógena (*Ibid.*).

Apesar de ter como fonte o corpo, a pulsão não pode ser reduzida a sua natureza física. É um conceito situado na “fronteira entre o somático e o psíquico” (Id., 1996[1915], p.127). Isto é, em seu aspecto biológico, é um estímulo para o psíquico, e em seu sentido psíquico, se faz presente no aparato de linguagem através de seus representantes – representação (*Vorstellung*) e afeto (*Affekt*), pelos quais é conhecida (Garcia-Roza, 1998[1984], p.114-115).

A pulsão não pode ser confundida com o instinto, pois ao contrário dele, não corresponde a um comportamento hereditário pré-determinado e também não possui um objeto específico. Vale retomar as palavras de Freud sobre o objeto da pulsão:

“[Objekt] É o que há de mais variável num instinto² [leia-se pulsão] e, originalmente, não está ligada a ele, só lhe sendo destinado por ser peculiarmente adequado a tornar possível a satisfação” (Freud, 1996[1915], p.128).

² Deve-se atribuir o uso da expressão *instinto* como um equívoco de tradução, feito pela edição inglesa para o português, haja visto que Freud utilizara a expressão *Drang* e não *Instinkt*.

Assim, “(...) a pulsão sexual, em sua indeterminação e desadaptação, não se ajusta a ele [instinto]” (Rudge, 1999, p.5). Sendo dessa forma, qualquer objeto pode ser investido libidinalmente, e cada sujeito vai construir o seu na fantasia. Por isso, a mulher não é necessariamente objeto do desejo do homem e vice-versa. Disse Freud:

“O interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é também um problema que exige esclarecimento, e não uma evidência indiscutível que se possa atribuir a uma atração de base química” (Freud, 1996[1913], p.138).

A relação da pulsão com o instinto deve ser descrita através da noção de *apoio*, como nos ensina Garcia-Roza (1998[1984]). O bebê suga o seio da mãe a partir de um mecanismo de reflexo nervoso; enquanto sacia a fome, excita-se pelo contato do corpo com o seio materno, produzindo uma satisfação que não se reduz à saciedade provocada pela ingestão do alimento, apesar de nela se apoiar (*Ibid.*, p.100).

A pulsão pode ser definida como o “efeito marginal” desse “apoio-desvio” (*Ibid.*, p.120). A satisfação sexual de sugar o seio materno vai se desvincular da necessidade de matar a fome e se tornar independente desta. Afirmou Freud:

“A atividade sexual apóia-se primeiramente numa das funções que servem à preservação da vida, e só depois torna-se independente delas³. (...) A necessidade de repetir a satisfação sexual dissocia-se então da necessidade de absorção de alimento (...)” (Freud, 1996[1905], p.171).

Quando o objeto da pulsão sexual (seio materno) é abandonado, e tanto ele como o objetivo ganham autonomia em relação à alimentação, constitui-se o “protótipo da sexualidade oral” para Freud, primeira fase do estágio auto-erótico: o chuchar (Garcia-Roza, 1998[1984], p.100).

Neste primeiro tempo da sexualidade infantil, anterior ao narcisismo, as pulsões sexuais são parciais e independentes entre si, e a satisfação é obtida no próprio corpo através das diversas zonas erógenas formadas por parte da pele ou mucosa.

Observando-se a realização de atividades sexuais orais infantis, conclui-se que a criança repete a experiência de satisfação obtida na ocasião da amamentação não mais por uma necessidade instintiva, mas sim pelo prazer que dela advém.

³ Segundo nota do editor, essa passagem foi acrescentada ao texto em 1915.

A exigência interna de satisfazer um impulso endógeno que não é mais a fome indica a manifestação da pulsão. Ela apóia-se no instinto de sobrevivência, mas dele se diferencia. Além disso, desconhece um objeto externo, por isso é chamada de auto-erótica, e tem como alvo a satisfação e como fonte uma zona erógena. Afirmou Freud:

“No chuchar ou sugar com leite já podemos observar as três características essenciais de uma manifestação sexual infantil. Esta nasce apoiando-se numa das funções somáticas vitais⁴, ainda não conhece nenhum objeto sexual, sendo auto-erótica, e seu alvo sexual acha-se sob o domínio de uma zona erógena” (Freud, 1996[1905], p.172).

Através das noções de sexualidade infantil e pulsão sexual, Freud “humanizou as perversões sexuais” (Lanteri-Laura, 1994[1979], p.77), na medida em que revelou a normalidade subjacente às práticas sexuais consideradas viciadas e depravadas. Não havia elemento perverso que faltasse à vida sexual de qualquer neurótico, devido à própria natureza da pulsão, que não possui um objeto determinado e não se satisfaz nunca de forma total.

Em virtude da construção dessas teorias, Freud considerava inadequado utilizar a palavra *perversão* de forma “pejorativa ou exprobratória” (Freud, 1996[1905], p.152). Cabe trazer um trecho da obra de Garcia-Roza para reflexão:

Se nos colocarmos dentro de um ponto de vista psicanalítico, para o qual o fundamental é o prazer e não a reprodução, certas condutas que seriam consideradas perversas se tomássemos como referencial o instinto deixam de sê-lo se tomamos como referencial a pulsão. O objeto da pulsão apresenta uma variedade que torna praticamente impossível definir, apenas em função dele, o que seria uma perversão e, mesmo que tomemos como referencial o objetivo em lugar do objeto, a caracterização das condutas desviantes permanece imprecisa (Garcia-Roza, 1998[1984], p.97).

Sendo assim, o primeiro estágio de desenvolvimento da sexualidade é o da perversão sexual, no qual prevalecem pulsões anárquicas. Portanto, Freud propôs a existência de uma perversão normal presente na vida sexual de cada criança. Dizia ele:

“Assim, a extraordinária difusão das perversões força-nos a supor que tampouco a predisposição às perversões é uma particularidade rara, mas deve, antes, fazer parte da constituição que passa por normal” (Freud, 1996[1905], p.162).

⁴ Segundo nota de rodapé, essa oração foi acrescentada também em 1915, e nas edições anteriores a frase antecedente era escrita como havendo duas e não três características essenciais.

Dessa forma, a normalidade esperada do homem adviria de um desvio do curso natural do desenvolvimento sexual, pois para se escapar da perversão, as pulsões parciais teriam que se organizar em torno do primado do genital.

Para concluir, Freud estabeleceu haver uma predisposição às perversões sexuais, que seria “inibida, retardada ou se desenvolveria incompletamente” (Freud, 1996[1910a(1909)], p.56).

Assim, pode-se chegar à conclusão de que nestes trabalhos o autor referia-se à perversão sexual como normal, pois “a perversão é a norma da pulsão” (Miller, 2001, p.28, tradução minha, como todas as demais citações deste autor).

“Nós nos referimos à perversão polimorfa da criança como algo que já sabemos, significa que para Freud a perversão é “natural”, ou seja, que a perversão é primária, que a perversão é mais primitiva que a norma, que a norma é secundária, eventualmente cultural para Freud (...)” (Miller, 2001, p.28).

Seguindo esta linha de pensamento, datada do início da psicanálise, equivocadamente muitos trabalhos psicanalíticos reduzem a perversão a uma sexualidade anormal e esteriotipada. Contudo, embora Freud tenha feito menção a alguns comportamentos sexuais patológicos, como a necrofilia, para citar um deles, não limitou a discussão da perversão ao aspecto fenomenológico. Examinou o assunto ao longo de sua obra em variados artigos, a partir de caracteres subjetivos, que dizem respeito às vivências infantis, principalmente ao complexo de Édipo e ao de castração, e sobre os quais me deterei nas próximas seções deste capítulo.

2.2.1 Primeiro tempo em Freud

Na metapsicologia freudiana, identifica-se duas acepções distintas no emprego do termo *perversão*. A última, elaborada mais tardiamente, designa um quadro clínico particular distinto da neurose e psicose, tema que será abordado na próxima seção. Já a primeira, que será tratada aqui, expressa a própria natureza da sexualidade infantil, relativa à existência de pulsões parciais e desorganizadas, conforme indica esta passagem:

“(…) todas essas inclinações à perversão tinham suas raízes na infância, que as crianças têm uma predisposição a todas elas e põem-nas em execução numa medida de correspondente à sua sexualidade – em suma, que a sexualidade pervertida não é senão uma sexualidade infantil cindida em seus impulsos separados” (Freud, 1996[1916-1917], p.316).

Nota-se que nos primeiros anos de produção teórica, a perversão foi tomada por Freud como “o negativo da neurose”⁵ (Freud, 1996[1905], p.157), o que significa que enquanto na neurose os desejos sexuais infantis são “recalcados”, na perversão são “realizados” (*Id.*, 1996[1908a], p.177). Assim, Freud observou que os atos perversos tinham conteúdo idêntico ao de fantasias inconscientes histéricas (*Ibid.*).

Desse modo, a manifestação da perversão sexual se encontrava relacionada com a fixação de uma pulsão parcial que havia sido mais intensa que a pulsão genital e dessa forma havia escapado do recalque (Sachs, 1923), como se evidencia na seguinte citação:

“Pode ser que nem todos os impulsos parciais se sujeitem à soberania da zona genital; o que ficou independente estabelece o que chamamos de perversão (...)” (Freud, 1996, 1910a[1909], p.56).

Apesar desta teoria ter sido repensada por Freud, a partir do estudo dos complexos de Édipo e de castração, o que culminou na produção do artigo de 1927 intitulado *Fetichismo*, que será apresentado na próxima seção, observa-se que a concepção de perversão como uma fixação sexual infantil permanece como verdadeira até os dias de hoje para alguns psicanalistas. Como explica Rudge:

“A oposição [entre neurose e psicose] permitiu que a perversão seja tomada, por alguns, como uma espécie de infantilismo sexual; ela resultaria de uma fixação em um ponto da sexualidade pré-genital, representando a permanência da sexualidade em moldes infantis” (Rudge, 1999, p.5).

Portanto, este entendimento de que na perversão, o inconsciente fica exposto a céu aberto e em estado livre, já que esta não teria sido recalçada e nem o sujeito teria passado pelo Édipo, é equivocada (Lacan, 1995[1956-57] e 1999[1957-58]), e lhes farei entender o porquê.

O primeiro passo será dado pela apresentação da teoria freudiana sobre a percepção infantil do sexo e sua relação com o complexo de castração, que

⁵ Esta afirmação já havia sido formulada por Freud anteriormente, aparecera pela primeira vez numa correspondência a Fliess (Carta no. 57, de 24 de janeiro de 1897).

apareceram pela primeira vez na metapsicologia freudiana em 1908b. É bom lembrar que o complexo de castração já havia sido citado em 1900, porém sobre ele, Freud fizera um comentário isolado e pouco preciso. Foi na ocasião em que analisava o sonho de uma paciente, afirmou (Freud, 1996[1900], p.396): “A mãe estava ameaçando seu irmão (ou ela) de castração, o que só poderia ser um castigo por brincar com o pênis”.

A primeira teoria sexual das crianças deriva, segundo Freud (1996[1908b]), do desconhecimento sobre a diferença dos sexos. Na infância, atribui-se a todos, inclusive às mulheres, a posse do pênis. Ainda que os meninos se deparem com os órgãos genitais de sua irmã ou de alguma amiguinha, imaginam que ele é pequeno e ainda vai crescer.

“[Os meninos] Encobrem a contradição entre a observação e a preconcepção, dizendo-se que o pênis ainda é pequeno e ficará maior dentro em breve, e depois lentamente chegam à conclusão emocionalmente significativa de que, afinal de contas, o pênis pelo menos estivera lá, antes, e fora retirado depois” (Freud, 1996[1910b], p.159).

As meninas também têm a mesma crença, porém rapidamente se desiludem, sendo vitimadas pela “inveja do pênis” (*Id.*, 1996[1908b], p.196).

Portanto, uma importante e significativa diferença entre o desenvolvimento psíquico dos homens e das mulheres já é apontada por Freud, embora esta diferença tenha sido melhor elaborada num período mais tardio do pensamento freudiano.

O menino costuma obter prazer manipulando seu órgão sexual, sendo repreendido pelos adultos que o intimidam com a ameaça de cortá-lo. Esta ameaça de castração é vivida psiquicamente de forma intensa, variando de criança para criança conforme a quantidade de afeto investida no pênis, conforme indica esta passagem:

O efeito dessa “ameaça de castração” é proporcional ao valor conferido ao órgão, sendo extraordinariamente profundo e persistente. As lendas e os mitos atestam o transtorno da vida emocional e todo o horror ligado ao complexo de castração (...). Os genitais femininos vistos mais tarde, são encarados como um órgão mutilado e trazem à lembrança aquela ameaça, despertando assim horror, em vez de prazer, no homossexual (*Ibid.*, p.197).

Aqui nesta citação me pareceu que Freud atribuiu a origem da homossexualidade masculina a um trauma provocado pela visão da falta do pênis

na mulher. A vagina, neste caso, despertaria no homem a lembrança da ameaça de castração, causando horror. Sobre a homossexualidade, assunto que não pretendo examinar detalhadamente neste trabalho, cabe fazer o seguinte comentário: em 1922, Freud destacou novamente como fator concernente à sua etiologia o desprezo e mais do que isso, o horror pelas mulheres por não possuírem um pênis, e acrescentou outro, a consideração pelo pai ou o temor a ele, já que por trás da renúncia às mulheres esconde-se a evitação da rivalidade paterna (Freud,1996[1922]).

Após essa pequena digressão, desejo voltar ao assunto anterior. Pretendo analisar de forma minuciosa a concepção infantil da inexistência da diferença entre os sexos.

O artigo *Sobre as teorias sexuais das crianças*, datado de 1908b, foi publicado pouco tempo antes do caso Hans (1909) e parece ter sido profundamente influenciado por ele. Por isso, proponho-me a retomar o relato de Freud sobre o caso a fim de encontrar nele material teórico sobre a ameaça e o complexo de castração.

Em sua análise clínica, Freud estabeleceu conexões entre o interesse de Hans pelos *pipis* [pênis] e o surgimento da angústia de castração, e a relação desta com o estabelecimento de um quadro de fobia.

A mãe de Hans repreendia-o quando o via brincar com seu pênis, ameaçava chamar o Dr. A. para cortar fora o seu *pipi*, caso viesse a tocá-lo novamente. Freud localiza aí o momento de aquisição do “complexo de castração”, descrito como restrito “às excitações e conseqüências da perda do pênis” (*Id.*, 1996[1909], p.17-18), e manifesto nos meninos pela angústia e, nas meninas, pela inveja do pênis.

Inicialmente, a ameaça de punição da mãe fora recebida de forma muito tranqüila. Somente veio a provocar efeitos num momento posterior, chegando a tamanha angústia que impedia Hans de sair de casa.

Assim, revela-se o fato de que a ameaça de castração é construída num *a posteriori*, e conta com a participação ativa da criança, como indica este pequeno trecho da obra freudiana (*Ibid.*, p.18): “(...) As crianças constróem para si mesmas esse perigo, utilizando os mais indiretos indícios, os quais jamais deixarão de existir”.

Dois anos depois da publicação deste caso de fobia infantil, a castração foi identificada por Freud como “a ameaça paterna mais temida” (Freud, 1996[1911], p.64). Porém, desde àquela data, ele já havia assinalado o papel de agente do pai na castração: Hans admirava seu pai por possuir um pênis grande e o temia por ameaçar o seu.

Freud veio a concluir, um pouco mais tarde, que o pai atua tanto no complexo de Édipo quanto no de castração no papel de um interditor dos desejos sexuais infantis em relação à mãe, como esclarece esta passagem:

“O mesmo papel é desempenhado pelo pai tanto no complexo de Édipo quanto no complexo de castração, ou seja, o papel de um inimigo dos interesses sexuais da infância. O castigo com que ele ameaça é a castração, ou o seu substituto, a cegueira” (*Id.*, 1996[1913], p.135).

Em 1923, dez anos após essa afirmação, Freud retomou a teoria da sexualidade do ponto onde encerrara sua análise em 1905, segundo suas próprias palavras. Deteve-se na última fase de desenvolvimento sexual, chamada de *fálica*, na qual ocorre a organização das pulsões parciais em torno do primado do genital.

Neste período, “(...) o interesse nos genitais e em sua atividade adquire uma significação dominante.” (*Id.*, 1996[1923], p.158), e o órgão genital masculino assume o papel principal na medida em que o feminino não é considerado.

Dessa maneira, não se verifica uma primazia dos órgãos genitais masculinos, mas sim do *falo*, como presença ou ausência. Há uma antítese fundada na posse do pênis de um lado, e a castração do outro.

Quanto à vida psíquica das meninas e seu desenvolvimento sexual, tratava-se de um grande enigma para Freud nesta época, como revela a passagem a seguir:

“Infelizmente, podemos descrever esse estado de coisas apenas no ponto em que afeta a criança do sexo masculino; os processos correspondentes na menina, não conhecemos” (*Ibid.*, p.158).

A quem a criança admira, atribui-lhe um pênis e dessa forma não reconhece a sua ausência. Com o passar do tempo, porém, os meninos se dão conta de que o sexo da menina não cresceu e nem crescerá. Supõem que talvez elas até tenham tido um pênis um dia, mas nesse caso foram mutiladas (*Ibid.*, p.159-160).

Freud já afirmara em 1908b, quando formulou as teorias sexuais infantis, que os meninos se enganam quanto à falta do pênis nas meninas, porém em 1923, no artigo *A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade*, apresentou uma novidade, atribuiu esse engano a um mecanismo de defesa (recusa⁶). Assim, encontrou o termo que lhe faltava para justificar a equivalência simbólica entre o fetiche e o pênis da mulher [mãe], comentada em 1910b, na análise sobre uma lembrança infantil de Da Vinci, como indica o trecho abaixo:

Porém, a fixação no objeto [fetiche] antes tão intensamente desejado, o pênis da mulher, deixa traços indelévels na vida mental da criança, quando esta fase de sua investigação infantil foi particularmente intensa. Um culto fetichista cujo objeto é o pé ou o calçado feminino parece tomar o pé como mero símbolo substitutivo do pênis da mulher, outrora tão reverenciado e depois perdido. Sem saber, os “*couperes de nattes*” desempenham o papel das pessoas que executam um ato de castração sobre o órgão genital feminino (Freud, 1996[1910b], p.103).

No artigo de 1924, *A dissolução do complexo de Édipo*, no qual se ateuve estritamente à vida mental dos meninos, Freud ressaltou a importância deste complexo na sexualidade infantil, visto se constituir como o “fenômeno central do período sexual da primeira infância” (*Id.*, 1996[1924b], p.193). Relacionou-o à fase fálica e à ameaça de castração, assim como à formação do supereu e à entrada no período de latência.

Como foi descrita neste sub-capítulo, a curiosidade sexual masculina na infância é seguida de um forte investimento libidinal sobre o pênis, fonte de intenso prazer. A masturbação, nesse momento, se torna a via de descarga da excitação sexual relativa ao complexo de Édipo.

A criança então desenvolve uma atividade sexual freqüente, masturbatória, motivada por desejos incestuosos próprios à fase edipiana. Porém, se vê reprimido pelos pais, que muitas vezes preocupados com um erotismo precoce, fazem ameaças de castração para intimidar a criança e dessa forma, impedir que continue a buscar um prazer sexual.

⁶ Traduzido pela edição inglesa para o português por “rejeição”. Segundo nota do editor, James Strachey, a palavra empregada neste artigo, “*Leugnen*”, veio a ser substituída posteriormente por “*Verleugnen*”. Já em 1927, a escolha de Freud foi pela expressão “*Verleugnung*”, traduzida por negação (*denial*, em inglês) nas obras completas. Escolhi utilizar a palavra recusa em seu lugar. A opção do editor por utilizar “rejeição” se deu para evitar que fosse confundida com o alemão “*Verneinen*”, expressão usada em 1925, em artigo traduzido pelo inglês como “Negativa”.

Uma vez pressionado, o menino cede aos apelos familiares e deixa de lado seus interesses eróticos. Assim, a intimidação sexual tem um duplo efeito, destrói a organização fálica, ao mesmo tempo em que provoca a dissolução do complexo de Édipo, levando o menino a declinar de seus desejos incestuosos.

Vale observar que a visão do órgão sexual feminino não é suficiente para provocar a instalação do complexo de castração, nem tampouco é capaz de engendrar uma ameaça, já que a associação entre a percepção da ausência do pênis nas mulheres e a castração não ocorre de imediato (Freud, 1996[1923]). Será necessário para tanto, que haja outros fatores desencadeadores desse processo, já que de início “o menino não acredita na ameaça ou não a obedece” (*Id.*, 1996[1924b], p.195).

Entre diversos fatores, o determinante é viver a experiência da possibilidade real de perder o pênis. Quando a perda de seu próprio objeto sexual se torna imaginável, a ameaça de castração tem seu efeito produzido. Trata-se, portanto, de um “efeito adiado” desta ameaça (*Ibid.*, p.195). Nesse instante então, ocorre um *insight*, conforme explicou Freud:

“Somente mais tarde, quando possuído de alguma ameaça de castração, é que a observação [da falta do pênis nas meninas] se torna importante para ele; se então a relembra ou a repete, ela desperta nele uma terrível tormenta de emoção e o força a acreditar na realidade da ameaça de que havia rido até então” (*Id.*, 1996[1925a], p.281).

Sobre o complexo de castração, em 1940[1938], foi publicado um artigo intitulado *A divisão do ego no processo de defesa*, no qual Freud fez alguns comentários adicionais sobre as teorias apresentadas em 1923, 24 e 25, entre eles a seguinte afirmação: “Em si mesma, a ameaça de castração não necessita produzir grande impressão” (*Id.*, 1996[1940(1938)], p.294), pois são algumas influências diversas que contribuem para a produção de um “efeito de susto” (*Ibid.*, p.294), entre elas destaca-se a principal, a intimidação sexual. “Daí por diante, ele não pode deixar de acreditar na realidade do perigo da castração” (*Ibid.*, p.294).

Portanto, para concluir devo dizer que a visão da vagina não produz como resultado imediato a angústia de castração, é necessário para tanto estar sob forte ameaça.

“Nesse caso, a ameaça revive a lembrança da percepção que até então fora considerada como inofensiva, encontrando nessa lembrança uma confirmação terrível” (Freud, 1996[1940(1938)], p.294).

Ameaçado de perder seu objeto sexual, o menino escolhe preservá-lo, então se submete à castração, abandonando desta forma os dois objetos de amor, seu pai e sua mãe. Desse modo, renuncia às duas formas de satisfação oferecidas pelo complexo de Édipo: ativa e passiva⁷. A primeira de se colocar no lugar do pai e ter relações com a mãe, e a segunda de ficar no lugar da mãe e ser amado pelo pai. Pois, ambas implicam na perda do pênis: “a masculina como uma punição resultante e a feminina como precondição” (*Id.*, 1996[1925a], p.196).

Dessa maneira, através do recalque, o investimento libidinal sobre os objetos edípianos é transformado, substituído por identificações.

Sendo assim, a autoridade do(s) pai(s) é introjetada no eu, dando origem ao núcleo do supereu, que assume a severidade paterna e perpetua a proibição do incesto, impedindo o eu de um retorno a um investimento sexual dessa ordem. Neste processo:

“As tendências libidinais pertencentes ao complexo de Édipo são dessexualizadas e sublimadas (coisa que acontece com toda transformação em uma identificação) e em parte são inibidas em seu objetivo e transformadas em impulsos de afeição” (*Ibid.*, p.196).

Logo, se de um lado o menino mantém seu pênis preservado por ter renunciado às satisfações ligadas ao complexo de Édipo, por outro fica com um objeto que perdeu sua função, pois não pode dar prosseguimento à atividade sexual desejada. Assim, o desenvolvimento sexual da criança é interrompido e ela entra no período de latência.

Deve-se pontuar que este esquema refere-se à vida mental dos meninos; quanto às meninas, no lugar de temer a perda do pênis, elas temem a “perda de amor” (*Ibid.*, p.198) dos pais, por isso se submetem à castração.

Todavia, esse modelo construído por Freud é fundado na neurose. Diferentemente na perversão, o desfecho do complexo de Édipo é outro, conforme descreveu em 1927, no artigo *Fetichismo*. Mas esse é um assunto para mais tarde.

⁷ Essa “dupla orientação” foi explicada, no ano seguinte, pelo fato da constituição subjetiva ser bissexual: “o menino também deseja tomar o lugar de sua mãe como objeto de amor de seu pai – fato que descrevemos como sendo a atitude feminina” (Freud, 1996[1925a], p.278-279).

Por enquanto, me deterei à diferenciação entre perversão e fantasia perversa na obra freudiana.

2.2.2 Perversão e traço perverso

No artigo *Uma criança é espancada: uma contribuição para o estudo da origem das perversões* (1919), Freud apresentou uma fantasia neurótica masoquista construída em análise, e sua vinculação ao complexo de Édipo.

Freud constatou que a fantasia de espancamento, tão comumente relatada na clínica pelos neuróticos, assim como outras fixações perversas análogas, eram apenas resíduos do período do Édipo, mais precisamente “cicatrizes” (Freud, 1996[1919], p.208) deixadas pelo processo.

Desse modo, abordou a existência de uma fantasia perversa na neurose. Ele acreditava que, através do estudo de sua constituição, chegaria a conhecer a gênese da própria perversão, conforme ressalta Valas neste trecho:

“O fantasma perverso não é a perversão, mas a compreensão de sua gênese permitiria, talvez, reconstruir o que seria a estrutura da perversão. É este o projeto de Freud na Segunda parte de seu texto” (Valas, 1990, p.69).

Dois anos antes da publicação deste artigo, Freud havia feito menção à presença comum de um *traço perverso* na neurose. Disse ele: “(...) um ou outro traço de perversão raramente está ausente da vida sexual das pessoas normais” (Freud, 1996[1917(1916)], p.326).

Nesta época, Freud acreditava que o destino dado ao traço primário de perversão determinaria a formação de uma organização psíquica perversa ou neurótica. Ou seja, se ele fosse recalcado e dessa maneira substituído por uma formação reativa, ou se fosse transformado por meio de sublimação, estaria estabelecida uma neurose. Caso contrário, resultaria numa perversão sexual (*Id.*, 1996[1919]).

Desde 1919, a perversão sexual então passou a ser entendida como um forte componente pulsional desviado na passagem pelo complexo de Édipo, de

forma análoga àquela em que os raios são refletidos no atravessamento de uma lente (Sachs, 1923).

A explicação dada por Freud (1996[1919]) para a constituição de uma perversão sexual, chamada nesta época de *constituição peculiar e anormal*, era de que um dos componentes da função sexual havia se desenvolvido à frente dos demais, tornando-se prematuramente independente.

Ocorreria, portanto uma fixação desta satisfação sexual, fato que impedia a organização hierárquica das pulsões parciais. Cabe trazer uma contribuição de Lanteri-Laura para melhor entendimento do que Freud considerava uma predestinação à perversão:

“(…) basta que a criança permaneça em sua sexualidade infantil para deslizar sem problemas para a perversão, ao passo que ela tem de atravessar com dificuldade todas as emboscadas da situação edipiana, e resolvê-las bem, para, ao longo do período de latência e da puberdade, chegar à heterossexualidade adulta” (Lanteri-Laura, 1994[1979], p.78).

A fantasia perversa masoquista apresentada em 1919 foi retirada de seis casos clínicos, quatro mulheres e dois homens, e se compõe de três fases, as quais analisarei uma a uma.

Na primeira, o pai bate numa criança. Assim, a frase que representa esta imagem é: “O meu pai está batendo na criança”⁸ (Freud, 1996[1919], p.201). Isto denuncia para Freud que a verdadeira frase seria: “O meu pai está batendo na criança [que eu odeio]” (*Ibid.*, p.201).

Portanto, deve-se observar que a pessoa que relata a fantasia é a espectadora da cena, que parece ter sido criada pelo ciúme de um irmão ou irmã caçula, cujo nascimento veio pôr em dúvida o amor dos pais. Com a chegada de mais um membro da família, as crianças “(…) que se acreditavam seguramente entronadas na inabalável afeição dos pais, foram de um só golpe derrubadas de todos os céus da sua onipotência imaginária” (*Ibid.*, p.202).

Nessa primeira fase, observa-se que não há um conteúdo masoquista, pois não é o espectador que apanha, há apenas a vivência de um prazer decorrente da percepção de um castigo aplicado à outra criança. Esse prazer está vinculado ao complexo de Édipo, pois a observação de que o rival apanha, faz a criança

⁸ Afirma Valas, “Com efeito, o fantasma já é para ele, uma frase dotada de estrutura gramatical” (1990, p.70), como teorizará décadas à frente, Lacan. Mais um motivo para crer que Freud foi um homem *avant-la-lettre*.

concluir que somente ela é amada pelo pai, conforme comenta Valas nesta passagem:

Pouco importa se a cena tenha sido real ou apenas desejada, não é um fantasma masoquista, já que a criança espancada não é o sujeito, e nem sádica, pois também não é o agente espancador. O sujeito vai conhecer um triunfo passageiro, um prazer, sobre o qual Freud nos diz que não é de ordem sexual, nem de ordem sádica. A satisfação está ligada à realização de um voto incestuoso de ser amada pelo pai, e o fato de que a outra criança seja espancada é apenas a prova disso. A referência ao pai indica que já se trata, aí, de uma situação de engajamento no Édipo (Valas, 1990, p.70-71).

Na segunda fase, a criança que apanha é aquela que fantasia e quem bate é o pai. Neste momento, configura-se uma fantasia de caráter masoquista, já que a sua lembrança, ao mesmo tempo em que provoca dor, lhe traz prazer.

Portanto, nesta fase, se explicita a participação do complexo de Édipo na constituição da fantasia perversa. Por essa mesma razão, a fase intermediária deve ser considerada a mais significativa das três.

A fantasia de ser espancado pelo pai “satisfaz um desejo culpado” (Valas, 1990, p.71) de ser amado por ele, da mesma forma que a mãe o é. Logo, além de se punir pelo prazer sentido na primeira cena, o sujeito se recrimina pela vivência de desejos sexuais edipianos.

Assim, a segunda cena “não é apenas o castigo pela relação genital proibida, mas também o substituto regressivo daquela relação (...)” (Freud, 1996[1919], p.205). Conforme comenta Valas:

“Ele [fantasma] encena a relação privilegiada da criança com o pai, com toda a sua carga de ambigüidade, em sua significação de ser o fantasma de um desejo incestuoso da filha por seu pai, neste momento privilegiado da dialética edipiana” (Valas, 1990, p.71).

Desse modo, revela-se a ambivalência típica da relação afetiva estabelecida com o pai. Ao mesmo tempo em que o filho deseja derrotá-lo para ganhar a mãe, também quer ser amado e até copulado por ele.

Com o recalque, os impulsos sexuais dirigidos ao pai são banidos da consciência e o que resta nela é a culpa. Para Freud, este sentimento provoca a

transformação da primeira na segunda cena, com a mutação do sadismo em masoquismo⁹ e da libido objetal em libido narcísica.

Provavelmente, a primeira fantasia construída é uma lembrança encobridora da segunda, que via de regra é “inconsciente” devido à incidência do recalque (Freud, 1996[1919], p.205).

Da mesma maneira, também a terceira e última fase pode ser encobridora, pois em primeiro lugar, a pessoa que espanca nunca é o pai, mas sim um substituto, geralmente uma figura de autoridade como um professor; e em segundo lugar, quem apanha não é quem fantasia, mas várias crianças, geralmente meninos, o que parece estar ligado com a inveja do pênis, no caso das meninas. Na verdade, a cena esconde uma satisfação sádica.

A característica essencial que diferencia a terceira da primeira fase, e que estabelece um elo de associação com a fase do meio, é a forte excitação sexual que proporciona uma satisfação masturbatória.

Para Freud, a situação de espancamento relatada como sendo simples e monótona pode se tornar mais sofisticada, sendo incrementada com castigos e humilhações.

Nesse novo contexto, em que Freud revelou o caráter perverso da fantasia neurótica, não é mais possível admitir como critério de diferenciação entre neurose e perversão respectivamente o caráter inconsciente e consciente das fantasias, conforme fora proposto em 1908a¹⁰.

Ora, a oposição entre neurose e perversão (neurose – fantasmas inconscientes – condutas imaginárias/ perversão – fantasmas conscientes – condutas reais) não é mais pertinente apenas por esses critérios, a partir do momento em que Freud observa que os neuróticos também têm fantasmas conscientes, e podem ocasionalmente atuá-los, assim como os verdadeiros perversos podem também se contentar com a evocação de cenas imaginárias para obter a satisfação procurada (Valas, 1990, p.104).

Para concluir, o neurótico masoquista se oferece ao outro como um objeto a ser maltratado e vilipendiado, e goza com seu próprio sofrimento, reparando

⁹ Aqui, o masoquismo ainda era considerado como decorrente do sadismo, não tendo uma existência primária (Freud, 1996[1919], p.209), definido como o impulso sádico que se volta contra o eu (Id., 1996[1915]).

¹⁰ Cf. p.25.

desse modo a culpa¹¹ por seus desejos edipianos infantis. Isso é o que revela a fantasia do espancamento construída em análise.

Alguns anos mais tarde, Freud (1924a) deu nome a esse masoquismo, chamado de moral e descrito como inconsciente e neurótico. Esta culpa resulta do desejo de casar com a mãe e matar o pai. Ao se infligir dor, o sujeito satisfaz a necessidade de punição por estes pensamentos infantis edipianos. É o supereu que impõe esse castigo. Assim, quanto mais cruel e severo é o imperativo categórico, mais intenso será o masoquismo.

Já o masoquismo feminino, que apesar do nome é familiar aos homens (Freud, 1996[1924a]), é chamado dessa forma por ter como característica uma feminilização da posição do sujeito, que deseja ser tratado como “uma criança pequena e desamparada, mas particularmente, como uma criança travessa” (*Ibid.*, p.180). Neste caso, as fantasias de espancamento se consumam com um ato de masturbação ou outro tipo de satisfação sexual auto-erótica.

Segundo Valas (1990, p.86), o masoquismo feminino é expressão da única perversão masoquista verdadeira, pois a dor é experimentada como prazer na erotização da relação com um outro. Neste ponto, parece-me que a consideração da dor erotizada como expressão de perversão não é correta. Pois em 1919, Freud deixou claro que na neurose a dor também é erotizada. Creio que não há elementos suficientes para fundamentar a conclusão feita por Valas, já que para caracterizar a perversão falta acrescentar à discussão os temas do gozo, desejo e angústia, os quais serão introduzidos nesta dissertação a partir do terceiro capítulo.

Para finalizar, devo dizer que Freud aprendeu com os neuróticos que a gênese da perversão se encontrava no complexo de Édipo, portanto se quisesse conhecê-la melhor deveria se ater a essa fase, e foi esta a direção que o autor tomou.

2.2.3

Segundo tempo: fetichismo – paradigma da perversão

Na clínica, verificou que os fetichistas não se queixavam sobre sua vida sexual e muito menos sobre o fetiche. Não iam para análise tratar dessas questões.

¹¹ Em 1913, Freud havia aludido a um sentimento universal e inconsciente de culpa, presente nos neuróticos.

Na verdade, segundo Freud, o analista só ficava sabendo do fato como algo secundário. E deduziu que isso acontecia porque o fetiche não trazia nenhum problema, posto que facilita a vida erótica, é desconhecido pelos outros e por isso não pode ser retirado, é facilmente acessível e provoca uma pronta satisfação (Freud, 1996[1927], p.155). Ora, “aquilo pelo qual os outros homens têm de implorar e se esforçar pode ser tido pelo fetichista sem qualquer dificuldade” (*Ibid.*, p.157).

Quanto à teoria, Freud apresentou o fetichismo como paradigma da perversão. Enfim, era lhe finalmente possível montar o quebra-cabeça, cujas peças fundamentais já haviam sido destacadas. Desde 1910b, Freud já conhecia o sentido psíquico do fetiche, só não havia decifrado com que finalidade o objeto era inventado. Além disso, já havia formulado que a gênese da perversão encontrava-se no complexo de Édipo e que os meninos recusavam a falta de pênis nas meninas, contudo não havia suposto os efeitos da ação psíquica da recusa. Isto é, as conseqüências para a constituição subjetiva do fato de se escamotear a diferença sexual.

Em 1927, Freud enfim organizou todos esses pressupostos. Primeiramente, remontou ao momento de constituição do fetiche localizado no complexo de Édipo. Como vimos na penúltima seção (2.2.1), Freud havia apresentado o desenvolvimento sexual dos meninos neste período tendo como referência o modelo da neurose. Segundo este modelo, declina-se do complexo edipiano por causa do temor à castração.

Todavia, a posição de submissão à castração, em que os desejos edipianos são transformados através do recalque e/ou sublimação, é uma das possibilidades de saída do complexo de Édipo, mas não a única. Contra a ameaça de castração, o sujeito pode reagir contrafobicamente (Assoun, 1994), recusando a castração através da constituição do fetiche, símbolo do pênis da mãe. Dessa forma, o fetichista destrói a prova da castração, o que neutraliza a angústia que faz operá-la.

A construção do fetiche se funda no mecanismo de deslocamento, através do qual o novo objeto ganha a importância e interesse antes desfrutados pelo pênis, aumentados significativamente porque “o horror da castração ergueu um monumento a si próprio na criação desse substituto” (Freud, 1996[1927], p.157).

Vale comentar que o deslocamento que participa da invenção do fetiche também participa da elaboração dos sintomas neuróticos e dos sonhos. Conforme sublinhou Freud (*Id.*,1996[1940(1938)], p.216), “(...) quando um fetiche é construído, como divisão do eu; ele é uma conciliação formada com a ajuda do deslocamento, tal como aquela com que nos familiarizamos nos sonhos”.

Esse substituto fálico tem equivalência simbólica de um “pênis específico e muito especial (...) extremamente importante na primeira infância, mas posteriormente perdido” (*Ibid.*, p.155). Então, representa na verdade o falo velado/oculto pela mãe.

A manutenção da ilusão de que se pode escapar da castração, o que significa a possibilidade de driblar a falta, se deve à construção deste objeto. Daí se pode compreender a seguinte afirmação: “A função do fetiche adquire este alcance de manter obturado tudo o que se articula em torno do significante falta-a-ser” (Zalberg, 1995, p.89).

Portanto, o fetiche tem o estatuto de uma solução de compromisso, tal qual o sintoma neurótico, exceto pelo fato de não se tratar de uma defesa frente a um desejo recalcado mas sim frente à angústia de castração.

Embora a diferença sexual seja recusada, a visão do sexo feminino não pode ser apagada da memória. De fato, ela se mantém, sendo necessária “uma ação muito enérgica” (*Id.*, 1996[1927], p.156) para manter a recusa. Dessa maneira, permanecem e se alternam no inconsciente duas representações opostas: “a mãe (mulher) tem pênis” e “a mãe (mulher) não tem pênis”, sem que uma anule a outra. Pois, nele não impera o princípio da não-contradição. Forma-se um compromisso, “no conflito entre o peso da percepção desagradável e a força de seu contradesejo (...) tal como só é possível sob o domínio das leis inconscientes do pensamento – os processos primários.” (*Ibid.*, p.156-157).

A perversão se constitui em dois tempos: num primeiro momento pela recusa da castração, e, num momento posterior, pelo recalque da recusa (Rosolato, 1996[1967]) que deixa como lembrança encobridora a última imagem em que a mulher ainda podia ser considerada fálica, da qual o fetiche fazia parte. Freud descreveu o processo da instituição do fetiche como sendo semelhante a “interrupção da memória na amnésia traumática” (*Ibid.*, p.157). Sendo assim, a “última impressão” (*Ibid.*, p.157) anterior ao trauma é conservada como fetiche. Por essa razão, são notórios fetiches o pé e o sapato feminino, já que os meninos

costumam espiar os órgãos sexuais femininos de baixo para cima (Freud, 1996[1927]).

Dito isto, pode-se concluir que o fetichista não apenas recusa, mas também afirma a castração. Segundo Freud, “(...), tanto a rejeição quanto a afirmação da castração encontram caminho na construção do próprio fetiche” (*Ibid.*, p.159). Como exemplo, recorrerei a um caso clínico apresentado por ele em 1927: um homem que portava como fetiche um suporte atlético, o qual podia ser usado como calção de banho. Este objeto tinha a função de dissimular o próprio pênis, eliminando dessa maneira a diferença sexual. Tratava-se de uma espécie de tranvestismo, ainda que Freud não o tenha comentado (Valas, 1990, p.99-100). Recorrendo aos ensinamentos de Lacan, observa-se que a vestimenta, nestes casos, tem como função o propósito de camuflar a falta.

“Em todo uso da roupa, existe algo que participa da função do tranvestismo (...). As roupas não são feitas apenas para esconder o que se tem, mas também, precisamente, o que não se tem. Ambas as funções são essenciais. Não se trata, sempre e essencialmente, de esconder o objeto, mas também de esconder a falta de objeto” (Lacan, 1995[1956-57], p.168-169).

Assim, fica explícito que ele não só negava a castração feminina, mas também fazia supor a masculina. Uma vez tranvestido, isto é, identificado com a mãe fálica, se feminilizava, conforme explicou Lacan: “No tranvestismo, aquilo que está sob as vestes femininas é uma mulher (...), mulher que tem um falo, apenas ela tem um, na medida que oculto” (*Ibid.*, p.197).

Já que a recusa e o reconhecimento da castração se mesclam no fetichismo, uma aversão aos órgãos sexuais femininos não se acha ausente em fetichista algum. Ela permanece um “*stigma indelebile*” da incidência do recalque (Freud, 1996[1927], p.157). Dessa forma, o perverso torna a mulher tolerável como objeto sexual, na medida em que lhe confere aquilo que lhe falta, permitindo escapar deste modo do homossexualismo.

A permanência de duas idéias contrárias, uma à outra, provoca o surgimento de uma divisão do eu, a que Freud se referiu como *Spaltung*. Esta fenda nunca se fecha, mas pelo contrário, “aumenta à medida que o tempo passa” (*Id.*, 1996[1940(1938)], p.293).

Bom, até este ponto da dissertação, tratei da perversão em referência à recusa do menino em reconhecer a diferença sexual, então me pergunto, como ficam as meninas? São também capazes de neutralizar a angústia de castração?

2.3

Perversão em mulheres?

O título desta seção vem sob forma de interrogação, visto que uma conclusão a este respeito exigiria uma pesquisa muito mais ampla e pormenorizada do que me foi possível realizar nesta dissertação.

Entretanto, apesar da limitação, não poderia deixar de abordar a problemática, até porque apesar de não chegar a uma conclusão final, pude desenvolver algumas questões relativas a essa pergunta.

Usei a palavra problemática porque ao meu ver trata-se de um tema obscuro e, por isso mesmo, de um assunto raro na literatura psicanalítica. Nesse caso, nem as referências bibliográficas são numerosas e nem as posições são uníssonas. Enfim, este é um tema controverso, em torno do qual circulam muitas dúvidas.

Iniciarei a seção com a análise das proposições de Freud a respeito do tema. De fato, ele não chegou a apresentar nenhum caso clínico de perversão em uma mulher, não de acordo com o que definiu tratar-se de perversão a partir de 1927. Ele fez sim inúmeras alusões ao homossexualismo feminino, mas sabe-se que o homossexualismo não remete necessariamente à perversão. Dessa maneira, de antemão já adianto a dificuldade que reside na elucidação da questão.

Antes de aprofundar o debate sobre o assunto, acredito que um exame sobre o que foi produzido, na metapsicologia freudiana a respeito do desenvolvimento psíquico infantil, tenha muito a contribuir para o estudo.

Comparativamente ao desenvolvimento dos meninos, a menina também vivencia um complexo de Édipo, forma um supereu e entra num período de latência (Freud, 1996[1924b]). Em realidade:

“Ambos os sexos parecem atravessar da mesma maneira as fases iniciais do desenvolvimento libidinal (...). Com seu ingresso [das meninas] na fase fálica, as diferenças entre os sexos são completamente eclipsadas pelas suas semelhanças.

Nisto somos obrigados a reconhecer que a menininha é um homenzinho” (*Id.*, 1996[1933b(1932)], p.118).

Dessa maneira, o clitóris faz as vezes de um pênis, dele a menina aprende a extrair prazer, assim este órgão se constitui como “a principal zona erógena” (*Ibid.*, p.119), enquanto a vagina permanece desconhecida.

Porém, o clitóris é pequeno demais para satisfazê-la na comparação anatômica com um menino. Esta constatação provoca então um sentimento de injustiça, acompanhado de um complexo de inferioridade que permanece até à fase adulta.

A percepção da falta do pênis em si mesma não leva à conclusão de ser esta uma característica feminina, assim a menina ainda acredita que algumas das mulheres adultas o possuem. Julga, pois, que foi vítima de uma mutilação.

Isto porque, conforme vimos anteriormente, a criança universaliza a posse do pênis, pois desconhece a diferença sexual. O reconhecimento da diferença entre os sexos só ocorre tardiamente, embora com a menina se dê mais brevemente do que com os meninos. Apesar dela acreditar que seu sexo vai crescer tanto quanto o de seu irmão, percebe que tanto ela como outras meninas e até sua mãe não possuem um pênis. Neste caso, a percepção feminina da falta é quase que imediata.

“A menina se comporta diferentemente. Faz seu juízo e toma sua decisão num instante. Ela o viu [pênis], sabe que não o tem e quer tê-lo” (Freud, 1996[1924b], p.281).

Nesse momento, pode-se instalar o que Freud nomeou de complexo de masculinidade, que segundo pensava nesta época, acomete a grande maioria das mulheres. Segundo ele, este complexo se caracteriza pelo desejo que se mantém, até a fase adulta, de ter um pênis tão grande como o de um homem.

Aqui neste ponto cabe fazer o seguinte comentário, apesar da afirmação de Freud dar a entender que o complexo de masculinidade se reduz à inveja do pênis, essa é uma idéia que deve ser dispensada. Trata-se de duas categorias teóricas distintas, o que será esclarecido num momento posterior de sua obra.

Ainda em 1924b, Freud assinala existir uma grande e significativa diferença em relação ao complexo de castração, entre meninas e meninos:

“(…) a menina aceita a castração como um fato consumado, ao passo que o menino teme a possibilidade de sua ocorrência” (*Ibid.*, p.198).

Contudo, Lacan nos ensinou que, da mesma forma que a mulher é castrada, o homem o é, apenas leva a vantagem de ter um objeto que possibilita a ilusão de não ser. Este é um argumento que explica por que é muito mais comum encontrar um homem perverso do que uma mulher perversa, já que a regra geral é a mulher se aceitar como castrada.

Porém, há exceções, existem mulheres que podem se recusar a reconhecer a diferença sexual e igualmente a castração. Será que era isso o que Freud queria dizer ao se referir ao complexo de masculinidade? Eu acredito que sim. O próprio Freud afirmou, no ano seguinte, ser possível a uma menina recusar a castração, acreditando na idéia de que de fato possui um pênis, e tomar uma atitude masculina (Freud, 1996[1925a]). Neste artigo, ele retomou o *complexo de masculinidade*, referido anteriormente em sua obra (*Id.*, 1996[1919] e 1996[1924a]), para relacioná-lo à recusa; esta é a novidade.

O intuito de Freud, ao escrever esse artigo, era justamente tornar menos obscuro o conhecimento sobre o desenvolvimento psicológico nas mulheres. Porém, apesar de argumentar que a menina, como o menino, poderia se recusar a admitir ser castrada, ainda manteve a idéia de que a diferença entre o desenvolvimento sexual de mulheres e homens “corresponde a uma diferença entre uma castração que foi executada e outra que simplesmente foi ameaçada” (*Id.*, 1996[1925a], p.285).

Alguns anos mais tarde, Freud (1931) publicou outro artigo sobre a vida mental infantil feminina, no qual desenvolveu alguns pontos já apresentados em 1925a, como explica a nota do editor das *Obras Completas*, segundo o qual durante todo o texto não se encontra nenhuma menção a isso, apesar de existirem passagens muito semelhantes.

Nele, Freud afirma que a fase pré edipiana é longa, muito mais do que pensara, assim a menina pode conservar a mãe como objeto de amor até os quatro anos de idade. Esta é a razão pela qual muitas mulheres permanecem ligadas à mãe e nunca desviam o interesse para o sexo oposto.

Dessa forma, conclui que a mulher só entra na fase edipiana positiva quando supera “um período anterior que é governado pelo complexo negativo” (*Id.*, 1996[1931], p.234). Essa superação tem relação com o fato de perceber que

nenhuma mulher tem pênis, ou seja, está intimamente ligada com a confirmação da diferença entre os sexos.

Quando a menina reconhece a castração, as conseqüências da inveja do pênis são muitas. Surgem sentimentos de inferioridade e de ciúme, ocorre um “afrouxamento da relação afetiva” da menina com a mãe causada pelo ressentimento de não ter recebido dela um pênis e também um afastamento da masculinidade e da masturbação “masculina” (clitoridiana) para se dirigir ao desenvolvimento da feminilidade (*Id.*, 1996[1925a], p.284).

Dessa atitude, abrem-se três linhas de desenvolvimento (*Ibid.*): uma que leva a um abandono da sexualidade provocado pelo próprio abandono da atividade fálica “ou à neurose”¹²; outra que leva a uma ênfase da masculinidade – a menina mantém a esperança de vir a ter um pênis; e uma terceira, em que toma o pai como objeto de amor e espera dele um filho, que possa reparar sua falta narcísica.

Freud acreditava que, somente no caso do desenvolvimento sexual seguir pelo terceiro caminho, a menina alcançaria uma “atitude feminina normal” (*Ibid.*, p.238), também chamada de “feminilidade definitiva” (*Ibid.*, p.240).

O fato de renunciar ao desejo do pênis e aceitar sua condição feminina lhe permite identificar-se com a mãe e, ao mesmo tempo, colocar-se como sua rival, disputando o amor do pai.

Desta forma, o complexo da castração é vivenciado pela menina de forma quase inversa à do menino: em vez de marcar o declínio do Édipo, ele o inaugura. Portanto, o complexo de Édipo nas meninas é uma formação secundária, pois “as operações do complexo de castração o precedem e o preparam” (Freud, 1996[1925a], p.285). O complexo de Édipo é, pois, antecedido por uma fase, na qual a mãe é objeto de amor da menina; somente no segundo momento, ela o abandonará e tomará o pai em seu lugar.

Por essas razões, Freud concluiu haver grandes diferenças entre os sexos em relação ao complexo de castração e de Édipo. Na citação a seguir, ele assinala uma delas:

“Para as meninas, a situação edipiana é resultado de uma evolução longa e difícil, é uma espécie de solução preliminar, uma posição de repouso que não é logo abandonada, especialmente porque o início do período de latência está muito distante” (*Id.*, 1996[1933b(1932)], p.128).

¹² Este comentário foi feito anos depois (*Id.*, 1996 [1933b(1932)], p. 126).

Isto posto, pode-se compreender a afirmação de Freud (*Ibid.*) sobre as duas tarefas que a mulher necessita cumprir ao longo de seu desenvolvimento sexual, ao contrário do homem, que mantém a mesma atividade inicial sexual e o mesmo objeto de amor: ela precisa mudar de zona erógena, do clitóris para a vagina; e de objeto amoroso, da mãe para o pai.

Quanto à transferência de sensibilidade do clitóris para a vagina, fica a dúvida, já que este pode permanecer ainda como a principal zona erógena. Assim, tanto este trecho como outros desta conferência, como aquele no qual Freud afirma ser o supereu mais fraco nas mulheres, merecem ser problematizados. Parece-me que a argumentação de Freud ligava-se ao papel social das mulheres de sua época, e que, portanto, seu ensinamento deve ser revisto nestes pontos.

Feito este comentário, resta-me a questão de saber se no caso da menina escolher o segundo caminho, isto é, na medida que o complexo de masculinidade se instala a partir da recusa da castração, constituir-se-ia uma perversão.

A fim de responder a ela, cabe em primeiro lugar esclarecer que em 1933b[1932], na conferência sobre feminilidade, Freud desfez uma confusão que havia se estabelecido em relação aos conceitos de inveja do pênis e complexo de masculinidade. Em 1924b, Freud acreditava que a atitude da mulher em aferrar-se à convicção de que se possui um pênis poderia vir a prejudicar o desenvolvimento normal rumo à feminilidade. Todavia, em 1933b[1932], concluiu que, mesmo no caso de um desenvolvimento normal, a menina não se desfaz do desejo de se restituir narcisicamente, ou seja, de conseguir um pênis, apenas vai deslocar seu desejo para um filho do pai.

Desse modo, ele distinguiu o desejo de ter um pênis da operação de recusa de castração presente no complexo de masculinidade. Segundo Freud (1996[1933b(1932)]), o desejo da menina pelo pai encobre um outro desejo, primário e anterior, de possuir o pênis que sua mãe lhe negou. Assim, “(...) a situação feminina só se estabelece se o desejo do pênis for substituído pelo desejo de um bebê, consoante uma primitiva e equivalência simbólica” (*Ibid.*, p.128).

Portanto, mesmo quando a feminilidade é alcançada, o antigo desejo de ter um pênis é patente (*Ibid.*), sem que tenha se desenvolvido, com isso, um complexo de masculinidade. Freud explicou da seguinte maneira em que se baseia este complexo:

“(...) a menina se recusa, digamos, a reconhecer o fato indesejado, e , desafiadamente rebelde, até exagera sua masculinidade prévia, apega-se à sua atividade clitoridiana e refugia-se numa identificação com sua mãe fálica ou com seu pai” (*Ibid.*, p.129).

Então, fico com a opinião de que o complexo de masculinidade seria indicativo de uma perversão. Apesar dessa convicção, reconheço que a questão é muito complexa. Por isto, para desdobrá-la satisfatoriamente me é necessário buscar outras direções na produção de psicanalistas pós-freudianos que se interessaram pelo tema.

Zalberg (1995), por exemplo, coloca a perversão na mulher entre aspas, pois acredita que a histérica pode encontrar uma solução perversa na problemática de tornar-se mulher, mas não se trataria nesse caso de uma perversão, já que o fetichismo já foi consagrado na literatura como exclusivo dos homens, fato que se comprova pela ausência de relatos de casos de mulheres fetichistas na literatura psicanalítica.

Valas (1990) destacou o pensamento freudiano presente no trabalho de 1919, *Uma criança é espancada: uma contribuição para o estudo da origem das perversões*. Para ele, apesar de Freud ter feito menção ao termo *masoquismo feminino* e ter aludido ao *ser da mulher*, não incluiu as mulheres entre os perversos, conforme justifica na passagem abaixo:

“Observamos que, em Freud, não há nenhuma ambigüidade, quando fala do masoquismo feminino designando-o também pelo nome de masoquismo do ser da mulher. Ele não pretende, de forma alguma, dizer que a mulher é masoquista. Estuda, aliás, o masoquismo feminino, que é uma verdadeira perversão unicamente nos homens” (Valas, 1990, p.114).

Valas fez uma distinção entre desmentir e recusar, e ficou com a posição de que não existiria perversão em mulheres.

(...) a mulher não pode desmentir a castração, pois está marcada em seu próprio ser pelo selo. Ela pode, no máximo, recusá-la, e a partir daí é inelutavelmente conduzida a demandar o falo que lhe falta. Isso a predispõe de preferência para a neurose, num “fazer como se” ela o possuísse, por identificação imaginária com um homem, para satisfazer sua *Penisneid*. É a posição típica da histérica, com a insatisfação que ela comporta de estrutura. Para o homem, as coisas podem se dar de outra maneira (*Ibid.*, p.114).

Todavia, em outra passagem do livro de Valas, encontra-se a afirmação de que “o homem tem o privilégio das grandes posições perversas, que são quase

ausentes nas mulheres” (Valas, 1990, p.97). Portanto, ele não chega a uma conclusão definitiva.

Já para outros psicanalistas, e me incluo nesta posição, a perversão não é uma dinâmica psíquica restrita aos homens. Cabe retomar a opinião de André sobre esse assunto; ele ressaltou a característica imaginária do falo, deixada de lado por aqueles que parecem privilegiar, exclusivamente, o registro do real:

“(…) não haveria nenhuma razão de princípio para que uma menina não possa projetar a existência de um falo imaginário neste lugar a fim de negar ‘assim mesmo’ a castração” (André, 1993, p.128 *apud* Zalberg, 1995, p.82).

Ademais, não se pode ignorar o ensinamento lacaniano de que falo e pênis não são sinônimos, como indica esta pequena passagem:

“Não nos esqueçamos: com efeito, o falo do menino não é muito mais valioso que o da menina (...), o menino quer se acreditar um macho ou um portador do falo, quando só o é pela metade” (Lacan, 1995[1956-57], p.196-197).

O homem não é fático por excelência, precisa que o pai lhe dê este significante para com ele se identificar. Neste sentido, Lacan fez a seguinte afirmativa:

(…) a assunção do próprio signo da posição viril, da heterossexualidade masculina, implica a castração no seu ponto de partida. Isso é o que nos ensina a noção freudiana do Édipo. Precisamente porque o macho, ao contrário da posição feminina, possui perfeitamente um apêndice natural, detêm o pênis como pertence, é preciso que ele o obtenha de algum outro, nessa relação que é o real no simbólico: aquele que é realmente o pai (*Ibid.*, p.214).

Na verdade, desde 1925a, já havíamos aprendido com Freud que a anatomia determina algumas diferenças psíquicas, mas não é a única referência na construção da subjetividade. Assim, acredito que a falta do pênis pode ser recusada pelas meninas, que dessa forma são capazes de driblar a castração. Apesar de não ter nenhum caso com que tenha me deparado na experiência clínica para embasar tal afirmação, defendo teoricamente essa possibilidade.

3 Novo paradigma com Lacan

3.1 Lógica fálica e dialética edipiana

Depois de apresentar e examinar a teoria que Freud construiu sobre a perversão, passo a elucidar as contribuições de Lacan para o tema. Mais do que reler a obra freudiana, ressaltando os aspectos mais fundamentais de seu pensamento, Lacan formulou uma nova teoria balizada por uma prática clínica inovadora.

Quanto à perversão, foi concebida como uma estrutura, diferenciada da psicose e da neurose a partir de seus respectivos mecanismos psíquicos fundadores: recusa, forclusão e recalque. Apesar de discordar do modelo estruturalista, já que na metapsicologia freudiana tanto a recusa como o recalque são operadores psíquicos constituintes da perversão, tomei a produção lacaniana como um dos eixos centrais deste estudo.

Lacan deu um novo fôlego à pesquisa sobre o tema, tendo introduzido novas dialéticas como a edipiana e novos conceitos, dos quais destaco os seguintes significantes: falo, pai simbólico, grande Outro, e gozo.

Iniciarei a apresentação de sua teoria com a retomada da revisão realizada sobre o complexo de Édipo em Freud, que então ganhou uma nova roupagem.

Lacan (1956-57) localizou o surgimento das perversões no “período pré-edipiano”¹ (*Ibid.*, p. 197), no qual a mãe é objeto de amor tanto do menino como da menina. Constitui-se neste período um plano imaginário composto por uma relação em que a criança atesta à mãe a possibilidade, que se sabe irreal, de satisfazê-la inteiramente em relação a tudo que lhe falta. Sobre esse desejo impossível de ambas as partes, Lacan fez o seguinte comentário:

“(…) para satisfazer o que não pode ser satisfeito, a saber, esse desejo da mãe que, em seu fundamento, é insaciável, a criança, por qualquer caminho que siga, engaja-se na via de se fazer a si mesma de objeto enganador (...). É um desejo de

¹ Apesar de neste seminário (IV), *Relações de objeto*, Lacan ter nomeado esta fase de pré-edipiana, em outros trabalhos ele a conceitou como a primeira fase do Édipo, em que a criança é o falo da mãe.

segundo grau que se trata de satisfazer, e como este é um desejo que não pode ser satisfeito, só se pode enganá-lo” (Lacan, 1995[1956-57], p.198).

Forma-se, desse modo, uma tríade imaginária mãe-falo-criança. Neste momento, inaugura-se um jogo, uma espécie de passa-anel, do qual o *falo* é o significante fundamental. Nesta brincadeira, ganha quem adivinha com quem está o objeto. Aqui neste ponto, Lacan ressaltou o sentido imaginário presente nesta brincadeira, razão que explica a impregnância deste registro na perversão.

“Trata-se de ver onde ele está e onde não está. Ele nunca está realmente ali onde está, e nunca está completamente ausente ali onde não está. Toda a classificação das perversões deve se fundar nesse ponto. Qualquer que seja o valor das contribuições sobre a identificação com o objeto etc., o essencial é a relação ao falo” (*Ibid.*, p.197).

Então, as perversões se constituem a partir da identificação imaginária com o falo. E nesse sentido, também há uma identificação com a mãe da infância, aquela que tinha um pênis chamado por Freud de “específico e muito especial”² (Freud, 1996[1927], p.155).

Como em toda dimensão de ordem imaginária, a relação entre o fetichista e o objeto é recíproca (Lacan, 1995[1956-57]). Ou seja, ele se identifica com o fetiche, símbolo do pênis da mãe, e nessa posição se vê como objeto a ser devorado pela mãe, enquanto por outro lado identifica-se com ela, ameaçando-a com um objeto destruidor (*Ibid.*). Dessa forma, torna-se difícil analisar em que posição o fetichista estaria em determinada situação, já que:

“O sujeito nunca está ali onde ele está pela simples razão de que saiu de seu lugar, passou, numa relação especular, da mãe ao falo e está, alternadamente, numa e noutra posição” (Greenacre apud Lacan, 1995[1956-57], p.86).

Essas duas posições se alternam rapidamente, como indicou Lacan, apoiado na idéia de Greenacre de que o fetichista se mostra como uma imagem em dois espelhos opostos. Assim, concluiu sobre o tema: “Este jogo perpétuo, esta profunda diplopia, marca toda a manifestação fetichista” (*Ibid.*, p.85).

Lacan se fundamentou na dinâmica que se estabelece entre o sujeito e o grande Outro primordial fálico para abordar a relação entre mãe e filho na infância. Dessa maneira, retomou em seus seminários o célebre caso Hans, a fim de ressaltar o efeito causado no menino pelas palavras da mãe, que diante de uma

² Cf. p.38.

pergunta sobre a diferença sexual, confirma seu atributo fálico, eliminando desse modo a castração.

O pequeno Hans, como todas as demais crianças, ignorava a diferença entre os sexos, acreditando na existência de um pênis materno, crença que foi reforçada por sua mãe, como mostra abaixo o diálogo entre eles:

“Noutra ocasião, ele estava olhando insistentemente sua mãe despida, antes de ir para a cama. Para que você está olhando para mim desse modo?, ela perguntou.

Hans: Eu só estava olhando para ver se você também tem um pipi.

Mãe: Claro. Você não sabia?

Hans: Não. Pensei que você era tão grande que tinha um pipi igual ao de um cavalo” (Freud, 1996[1909], p.19).

Curioso notar que a última fala de Hans é bem interessante na medida em que revela que ele não só julgava que a mãe possuía um pênis, como de que esse era enorme, como o dos cavalos. E nesse sentido, sua mãe respondeu a sua expectativa, de forma a confirmar sua imagem fálica. Essa posição, em que ela se colocou, levou à seguinte formulação de Lacan:

A mãe, observem, em relação ao Pequeno Hans, acha-se numa posição ambígua. É proibidora, desempenha o papel castrador³ que poderíamos ver atribuído ao pai real, diz-lhe: *Não mexa aí, isso é nojento* – o que não a impede, no plano prático de deixar o filho entrar em sua intimidade, e não apenas de lhe permitir que exerça a função de seu objeto imaginário, mas de encorajá-lo a isso. Ele, com efeito, presta-lhe os melhores serviços, encarna perfeitamente o falo para ela, e assim se vê mantido na posição de *assujeito*. Ele é assujeitado, e essa é toda a fonte de sua angústia e sua fobia (Lacan, 1999[1957-58], p.199).

Logo, como consequência da fala materna, Hans ficou inteiramente capturado no que Lacan chamou de “paraíso do engodo” (*Id.*, 1995[1956-57], p.232), preso na armadilha que ele próprio criara, angustiado “com a hiância que existe entre satisfazer uma imagem e ter algo de real para apresentar: apresentar *cash*, se posso dizer” (*Ibid.*, p.232).

Sem o pai para barrar o gozo da mãe, Hans era um mero objeto desse Outro todo-poderoso e devorador; situação que originou sua fobia (*Ibid.*). Lacan localizou o surgimento de toda fobia na avidez da mãe em relação aos cuidados com o filho, em comparação a Freud, que por sua vez tomou o cavalo, objeto de representação da fobia de Hans, como um substituto do pai.

³ Conforme descrevi no capítulo 2 da dissertação, mais precisamente na página 27.

“Mesmo que seja qualquer cavalo o objeto de sua fobia, é sempre de um cavalo que morde que se trata. O tema da devoração é sempre encontrável, por qualquer lado, na estrutura da fobia” (Lacan, 1995[1956-57], p.233).

Para o autor, a eficácia do tratamento clínico realizado por Freud, através do pai de Hans, deveu-se ao fato do psicanalista ter encarnado o pai e, portanto, ter se interposto na relação entre Hans e sua mãe, permitindo à criança, em primeiro lugar, confrontar-se com a falta do Outro, e subseqüentemente, com a castração. Assim, Lacan fez o seguinte comentário sobre o sucesso da terapêutica freudiana:

“Se a fobia alcança uma cura das mais satisfatórias (...) é na medida em que interveio o pai real, que havia intervindo tão pouco até então, e que aliás só pôde fazê-lo porque teve atrás de si o pai simbólico, que era Freud” (*Ibid.*, p.235).

No período pré-edipiano, a rivalidade que a criança estabelece com o pai é “quase que fraterna” (*Ibid.*, p.211). Pois, essa relação só vai ganhar uma conotação hostil, quando a criança perceber que se enganou quanto ao seu lugar na dinâmica do desejo da mãe. Instante em que “(...) a criança começa a pressentir insensivelmente alguma coisa que sempre esteve ali: a incidência do desejo da mãe em relação ao desejo do pai” (Dor, 1997[1991], p.48).

O pai então é percebido como intruso – pai imaginário – tido na fantasia como objeto fálico rival do gozo da mãe (*Ibid.*, p.48-49). O pai imaginário é aquele a que se refere toda dialética, seja a da agressividade, identificação, ou idealização (Lacan, 1995[1956-57]):

“É o pai assustador que conhecemos no fundo de tantas experiências neuróticas, e que não se tem de forma alguma, obrigatoriamente, relação com o pai real da criança” (*Ibid.*, p.225).

É ele que promove o encontro da criança com a lei da economia do desejo, fazendo-a concluir “que o desejo de cada um é sempre submetido à lei do desejo do outro” (Dor, 1997[1991], p.49).

Quando o plano da relação simbólica suplanta o da imaginária, o Outro é alguém que possui “o *falo*, o verdadeiro, o pênis real” e não mais um objeto imaginário (Lacan, 1995[1956-57], p.213).

Sendo assim, constitui-se um Outro – pai simbólico e agente da castração – quarto elemento da triangulação edipiana, introduzido pela fala da mãe que aponta à criança o equívoco de acreditar que a completava. É o pai simbólico

quem possui aquilo que falta a mãe e ao filho. Assim, este é “sempre capaz de mostrar que o sujeito não o tem [falo], ou o tem de forma insuficiente” (*Ibid.*, p.213).

“E é por isso que ninguém consegue dizer, finalmente, o que é realmente ser pai, a não ser que isso é algo, justamente, que já se encontra ali no jogo. É o jogo jogado com o pai, jogo de quem ganha, se assim posso dizer, que por si só permite à criança conquistar o caminho por onde nela será depositada a primeira inscrição da lei” (Lacan, 1995[1956-57], p.214).

Em suma, a função paterna reside na interdição do objeto de amor do filho. Dessa forma, o pai funda a primeira e mais importante Lei, a da proibição do incesto, que abarcará todas as demais.

A partir desse instante, traumático por excelência, em que o sujeito reconhece o significante da falta no Outro (mãe), a criança sai da posição de objeto. Assim, abandona o registro do *ser* [o falô] e substitui-o pelo do *ter*.

Portanto, nesse modelo da neurose, o reconhecimento da castração da mãe permite ao sujeito se confrontar com a falta no Outro, que remete à própria falta, produzindo o saber de que toda verdade é sempre ilusória, ou seja, é não-toda.

Diferentemente, na perversão, quando a criança recusa saber sobre a diferença sexual, ela se nega a admitir a falta. É por isso que vários autores, como Clavreul (1990[1967]), são taxativos em afirmar que o perverso não se submete à Lei paterna e ao seu saber da cadeia significante. Porém, esta afirmação pode ser refutada, afinal como Lacan (1998[1963]) nos ensinou, em Sade a mãe está proibida.

À figura simbólica do pai, o sujeito não tem acesso, pois ela só pode ser abordada “por uma construção mítica” (*Ibid.*, p.215 e 225). Aqui, Lacan se refere àquela apresentada no livro *Totem e Tabu* (1913), no qual Freud construiu um mito sobre a origem da religião, das instituições sociais, enfim da civilização moderna.

Observa-se que Freud foi buscar em civilizações primitivas, através da pesquisa de estudos sociológicos e antropológicos, resquícios de um tempo mítico anterior à constituição de um grupo social organizado. Nesta época, ele acreditava na tese de que a realidade psíquica é derivada de uma realidade que foi vivida num tempo remoto, daí a notória frase “no princípio foi ato” (Freud, 1996[1913], p.162).

Assim, Freud aludiu a existência de uma horda comandada por um chefe severo, protótipo do pai primevo. Ele expulsava os meninos do grupo à medida que se tornavam crescidos, evitando dessa forma que seu poder fosse ameaçado. Apenas as mulheres ficavam, já que não ofereciam perigo e porque delas poderia satisfazer-se.

Portanto, o patriarca era o único a gozar. Por esta razão, era odiado e ao mesmo tempo temido pelos filhos; faltava a eles coragem para enfrentá-lo, pois se não fosse vencido, sua vingança seria impiedosa.

Entretanto, um dia, os homens reuniram suas forças e conseguiram vencê-lo, pondo fim à horda patriarcal. Unidos em torno do mesmo objetivo, acumularam uma potência, que sozinhos não podiam alcançar. Mataram o pai, devorando-o em seguida a fim de que cada um deles incorporasse seu poder.

Com o pai morto, os homens acreditaram que estavam livres da castração. Porém, um grande problema se criou: como poderiam se proteger de uma futura traição? Um deles poderia querer fazer como o pai, ocupando o lugar que fora dele. Essa era uma ameaça latente que traria de volta a opressão, se o espaço vazio deixado pelo pai não fosse interdito.

Dessa forma, foi preciso que todos renunciassem à herança paterna. Fizeram esse sacrifício em nome da organização e sobrevivência do grupo. Entre a liberdade e a vida, ficaram com a vida.

Após terem se livrado do pai, mitigando o ódio e identificando-se com ele, o amor recalçado foi intensamente sentido sob a forma de remorso, tornando o pai ainda mais forte do que fora em vida.

Para se livrarem do sentimento de culpa pelo parricídio, os filhos passaram a reverenciá-lo, através de um símbolo – totem⁴ – que se tornou sagrado. Preservavam a imagem do pai em troca de sua proteção, mantendo desta forma uma dívida simbólica. Selou-se um compromisso:

“(…) um pacto com o pai, no qual este prometia-lhes tudo o que uma imaginação infantil pode esperar de um pai – proteção, cuidado e indulgência – enquanto que, por seu lado, comprometiam-se a respeitar-lhe a vida, isto é, não repetir o ato que causara a destruição do pai real” (Freud, 1996[1913], p.148).

⁴ Freud foi buscar na história do parricídio a origem da simbologia do totem, revelando a sua equivalência com o pai real/mítico. Cf. Freud, 1996[1913], p.136).

A abdicação do gozo sexual pelos filhos reforçou os laços fraternos entre eles, ao mesmo tempo em que passou a regular as relações entre homens e mulheres. A interdição à anarquia sexual foi instituída apesar da ausência do pai, pois o que este proibia em vida pela sua presença ameaçadora se mantinha por uma obediência retrospectiva, alimentada por sentimentos de culpa e remorso. Desse modo, o pai assassinado foi velado como representante da Lei, que opera a castração.

Para que um pai real, definido por Lacan (1956-57) como inacessível na medida em que é impossível representá-lo sem que fantasias estejam presentes, assumida sua representação simbólica é preciso que:

“saiba dar provas, num dado momento, de que é suscetível, precisamente, de atualizar a incidência fálica, como o único agente regulador da economia do desejo e de sua circulação como referência à mãe e ao filho” (Dor, 1997[1991], p.18).

Eis o paradoxo, apresentado pelo autor (*Ibid.*) apoiado na teoria lacaniana, já que o falo é um objeto imaginário que tem existência real:

- 1) O pai tem que provar que possui aquilo de que todo homem é desprovido;
- 2) O pai jamais pode dar outra prova, exceto a de dar aquilo de que é desprovido.

A partir dessa proposição, conclui-se que o pai representa a Lei a partir de sua submissão a ela. Para que a função paterna opere, é necessário que a mãe a introduza. Espera-se que ela reconheça a Lei paterna como mediadora de seu desejo. Portanto, se por acaso ela deixar uma interrogação sobre seu desejo pelo pai, isto é, se ela vacilar em indicar para o filho que lhe falta algo que o pai possui, uma outra dinâmica, que não a neurótica, se constituirá.

Abordarei a constituição perversa, que é a que me interessa na dissertação. Ela foi caracterizada por Dor (1991[1989]), pelo seu ponto de ancoragem: de um lado, a “cumplicidade libidinal da mãe”, e de outro, a “complacência silencioso pai” (*Ibid.*, p.62).

Essa cumplicidade entre mãe e filho, à qual o autor se referiu, ultrapassa os limites de erotização própria aos investimentos libidinais que marcam o corpo de um bebê. Trata-se mais exatamente de uma “*verdadeira sedução*”, termo utilizado por Dor (1997[1991], p.51) para sublinhar ser esta de ordem real e não imaginária, com toda carga de violência traumática que acompanha esse significante. Esta

dinâmica incestuosa pode ser exemplificada através da reprodução de um recorte de caso clínico apresentado por Helsingher:

Fernando relata que a mãe não o largava, não parava de elogiá-lo e fazer “carícias” e tenta consertar seu ato falho (que nada teve de tão falho) com a palavra carinho. Sua mãe dizia que era o homenzinho mais lindo, mais gostoso, mais fofo, “uma beleza de boneco”. Suas irmãs também o manipulavam trocando de novo carícias-carinho seja nos banhos, nas trocas de roupa para passear e dormir; para brincar, pegavam freqüentemente no seu “pinto”. Não só mexiam amiúde, mas também o beijavam, colocavam fitinhas, se esfregavam nele desde cedo. Segundo esta constelação por parte das mulheres na família, Fernando era adorado, seduzido, sedutor, erotizado concretamente numa precocidade além das erotizações estruturantes dos cuidados maternos presentes em todas as subjetividades. Segundo Fernando, com ele era um *excesso* desde cedo. Além da mãe, irmãs, tinham as primas; Fernando acrescenta:

- Eu nasci numa orgia, fui um bebê pornográfico (Helsingher, 1996b, p.967).

Na perversão, a ambigüidade da mãe quanto ao desejo do pai é claramente percebida pelo filho, o que o leva a testar, cada vez com maior intensidade, o desejo da mãe por ele (Dor, 1997[1991]). Daí a atitude do perverso de desafiar a Lei, como o autor justifica nessa passagem:

“É aqui, no próprio campo da rivalidade fálica, que sua tentação de tornar derrisória a instância paterna encontra sua origem e sua expressão característica através do desafio” (*Ibid.*, p.52).

Embora alguns autores se pautem no movimento pulsional perverso de transgressão, ultraje e desafio das leis e instituições para justificarem que não houve inscrição da castração, acredito que uma afirmação taxativa dessa ordem é equivocada. Pois, se não houvesse uma inscrição da Lei ainda que falha, por que haveria a necessidade do perverso de recusá-la e mais, de fazer o neurótico, ele próprio, transgredi-la?! É certo que a Lei é ultrajada e subvertida na perversão, porém este é mais um indício da existência de um conflito psíquico.

3.2 Desejo, angústia e gozo na perversão

3.2.1. Kant com Sade

Conforme descrevi na seção anterior, Lacan avançou muito em questões sequer tocadas por Freud em relação à perversão, tendo introduzido novos elementos à psicanálise que permitiram elaborações inéditas.

Em seu célebre artigo, *Kant com Sade* (1963), Lacan ressaltou pontos muito interessantes para este estudo. Cito alguns deles: a Lei que vigora na perversão é a Lei do gozo, ditada por um Deus maléfico; e mais, o sádico não busca satisfazer a si mesmo, serve porém de instrumento de gozo do Outro, a quem é alienado e sujeitado. Daí a afirmação do autor (1998[1963]) de que o perverso é escravo do Outro.

Ora, tomamos o bem como objeto da lei moral porque aprendemos com a experiência, ouvimos “dentro de nós ordens cujo imperativo se apresenta como categórico, ou seja, incondicional” (*Ibid.*, p.777).

Segundo Lacan (*Ibid.*), Sade provou que a filosofia Kantiana se prestava a uma subversão, pois se a obediência à lei dependesse única e exclusivamente de um dever de cumpri-la, descartar-se-ia o livre-arbítrio, o juízo de valores e qualquer outra atribuição subjetiva que permitisse escolher como agir. Haveria, neste caso, um sujeito apático, e por essa razão, alienado. Esse argumentou serviu a Baas (2001) para justificar que o perverso, ao contrário do que querem afirmar alguns, não seria livre e portanto, não estaria em busca exclusivamente do prazer.

Sobre a liberdade, gostaria de fazer um pequeno comentário sobre a forma como Kant a abordava. Segundo o filósofo, ela é a condição da lei moral e também a qualidade humana que corresponde à vontade.

Baas (2001) chama a atenção para o fato de Sade ter se apropriado do termo *apatia* empregado por Kant, fato que aumenta a semelhança entre a produção teórica de ambos. A apatia, segundo Baas, se opõe à sensibilidade. Neste sentido, o sádico é um apático, pois comete um ato perverso não em prol de um mero contentamento, mas em obediência a uma Lei maligna: “Não é, portanto, para seu próprio prazer sensível que age o libertino, mas para o gozo da natureza” (Baas, 2001, p.21).

Dessa forma, é incorreto afirmar que a Lei é descartada e desconsiderada na perversão. Fico com a idéia de Lacan de que “A apologia ao crime impele-o apenas ao reconhecimento indireto da Lei. O Ser Supremo é restaurado no Malefício” (Lacan,1998[1963], p.802).

Quando se exclui qualquer sentimento da Lei, “o sujeito escapa a toda lógica do interesse sensível” (Baas, 2001, p.20), podendo fazer de si o legislador. Dentro desta filosofia, pouco importa o conteúdo das leis. Desde que haja uma norma, a ela se deve obediência plena. Eis aí o ponto crucial que engendra a transgressão; Sade faz da lei moral uma lei sádica, e neste contexto, a sensibilidade fica de fora. Poder-se-ia considerar desta forma que a moralidade fica também de fora.

Apesar da possibilidade de se radicalizar a filosofia kantiana, subvertendo-a, dessa forma se alcança um sentido que Kant consideraria equivocado. Pois, para ele, toda ação realizada por obrigação em relação ao imperativo categórico é uma ação moral. Tem-se, em sua opinião, o dever de cumprir a lei moral, ainda que o destino seja a força. Todavia, o modelo de sujeito sobre o qual Kant constrói sua tese é neurótico, mais precisamente um *burguês ideal*, ao qual Lacan (1998 [1963]) aludiu.

Assim, aprendi com Lacan que a experiência moral Kantiana ignora a divisão do sujeito. Por isso neste aspecto, Sade é mais verdadeiro, pois manifesta não apenas que a divisão subjetiva existe, como que ela é transferida para o outro. Para se livrar da divisão, o sujeito sádico “se reduz ao agente apático da lei” (Baas, 2001, p.28).

“Nesse aspecto, a máxima sadiana é, por se pronunciar pela boca do Outro, mais honesta do que o recurso à voz interior, já que desmascara a fenda, comumente escamoteada, do sujeito” (Lacan, 1998[1963], p.782).

Lacan tomou o modelo kantiano para descrever o funcionamento de um sujeito perverso, cujo imperativo categórico dita a Lei do gozo, criada por um Deus obscuro, “Ser-supremo-em-maldade”, ao qual aludiu Sade em suas fábulas (*Ibid.*, p.784). Nesta passagem, a aproximação entre ambas as concepções é justificada por Lacan:

“Mostrei-lhe como o tu deves de Kant é substituído facilmente pela fantasia sadiana de gozo erigido em imperativo – pura fantasia, é claro, e quase derrisória,

mas que não exclui em nada a possibilidade de sua ereção em lei universal” (*Id.*, 1995[1959-60], p.378-379).

Lacan acreditava que a estrutura do desejo perverso, lida como *vontade de gozo*, poderia se exprimir de forma análoga ao imperativo categórico de Kant, através daquilo que o psicanalista nomeou de máxima universal sadiana da ação, que não está escrita desta forma na *Filosofia na alcova* (1795), mas que foi assim fraseada por Lacan:

“Tenho o direito de gozar de teu corpo, pode dizer-me qualquer um, e exercerei esse direito, sem que nenhum limite me detenha no capricho das extorsões que me dê gosto de nele saciar” (Lacan, 1998[1963], p.780).

De fato, Baas (2001) mostra que Kant se referiu a um agir conforme a vontade moral, internalizada e resumida pela prescrição “tu deves, incondicional”. Acontece que, para Lacan, este imperativo tem um correlato sadiano, conforme explica neste trecho:

“Se é eliminado da moral todo elemento de sentimento, se nô-lo retiram, se se invalida todo guia que exista em nosso sentimento, de modo extremo o mundo sadiano é concebível – mesmo que ele seja seu avesso e sua caricatura – como uma das efetivações possíveis do mundo governado por uma ética radical, pela ética Kantiana tal qual como ela se inscreve em 1788” (*Id.*, 1995[1959-60], p.101).

3.2.2 Fetichismo negro

Lacan (1995[1964], p.175) contrapõe fantasia e perversão, pois enquanto na primeira o sujeito se sustenta como “desejante”, na segunda se coloca como “objeto de uma vontade outra”, e dessa forma se dessubjetiva, assumindo assim a posição de objeto a (*Id.*, 1995[1962-63]). Assim, tanto o sádico como o masoquista se oferecem como instrumento de gozo do Outro, seu “servo do prazer” (*Id.*, 1998[1963], p.784). Encontram-se portanto alienados a essa figura imaginária, assujeitados a seu poder e obedientes às suas ordens.

Para cumprirem seu dever, precisam da ajuda de um outro, a quem submetem à angústia, visando acentuar sua divisão subjetiva. Trata-se portanto de

uma espécie de formação defensiva projetiva, pois para se livrarem da angústia de castração, transferem-na toda ao outro.

Dessa maneira, na montagem perversa constitui-se uma triangulação, cujos vértices são o perverso, o grande Outro e o outro. Desse modo, cabe abrir um parênteses e fazer uma pequena digressão sobre o equívoco de se acreditar que para o perverso o outro não existe. Nesta via, Miller chama atenção para a importância que o exibicionista atribui àquele para quem se oferece:

Só lhes mostrarei que o Outro é necessário na perversão. Pensem no exibicionista Para o exibicionista, o público, a audiência, são essenciais... Exibir os próprios genitais no espelho não interessa. É verdade, o neurótico obsessivo, eventualmente, abre a porta para mostrar seus genitais ao pai morto... Mas isso é abrir a porta para ninguém, porque o pai morto não se materializa como em Hamlet (...). Mas o exibicionista precisa do Outro. É interessante mostrar os próprios genitais a uma mulher é tratar de produzir vergonha no Outro, a vergonha por não ser igual. É assim que o exibicionista trata de fazer existir a mulher, podemos dizer que a mulher só existe para o exibicionista” (Miller, 2001, p.35).

O exibicionista usa seu despudor para violar o pudor do outro (Lacan, 1998[1963]). Portanto, chega-se a conclusão de que o outro é fundamental para a manobra perversa ser eficaz na defesa contra a angústia de castração.

Ora, o perverso evita sua divisão ao cristalizar-se na rigidez do objeto (*Ibid.*). Desse modo, transfere sua dor de existir, “mas sem ver que, através disso, ele mesmo se transmuda num ‘objeto eterno’” (*Ibid.*, p.789). Sobre esta afirmação, Zalcberg fez o seguinte comentário:

“Lacan, havia em Kant com Sade (1962), formalizado a fantasia do herói sádico e sua relação com sua vítima (...). Ele se faz, com efeito, o instrumento de gozo absoluto: deste lugar, dirige-se à sua vítima à qual é relegado todo o peso da divisão da subjetividade” (Zalcberg, 1995, p.183).

Apesar da semelhança apontada entre a posição que sádico e masoquista se colocam, há duas distinções a fazer. Em primeiro lugar, enquanto o segundo exhibe-se abertamente como objeto, o primeiro desconhece estar nesta posição. De fato, o sádico ignora que trabalha para um Deus obscuro, não castrado, como seu “fetiche negro” (Lacan, 1995[1962-63], p.112):

“É isso que advém do executor na experiência sádica, quando sua presença se resume, em última instância, a não ser mais do que seu instrumento” (*Id.*, 1998[1963], p.784).

Em segundo lugar, há uma outra diferença a assinalar: no sadismo, o objetivo de suscitar a angústia no outro é bem mais explícito do que no masoquismo:

“Para o sádico, a angústia é menos escondida. Tão pouco escondida que vem antecipadamente no fantasma, o qual, se o analisamos, faz da angústia da vítima uma condição absolutamente exigida” (*Id.*, 1995[1962-63], p.202).

Segundo Lacan, o enigmático desejo sádico é apreensível apenas por seu efeito, ou seja, pela submissão da vítima a um limite intolerável, cujo resultado é a produção de angústia do outro: “sua existência essencial como sujeito em relação a essa angústia, eis aí o que o desejo sádico pensa fazer vibrar” (*Ibid.*, p.112-113). Assim, ainda que o meio necessário para alcançar a finalidade de fazer surgir a divisão do sujeito no outro seja a dor ou o sofrimento, este não é seu objetivo final (*Ibid.*).

Da mesma forma, o masoquista também busca angustiar o outro, embora de maneira menos evidente e clara, já que é ele quem apanha, é vilipendiado e penalizado.

“(...) o masoquista aparece nessa função que chamarei a do dejetado, disso que é esse objeto, o nosso, o *a* do qual falamos, na aparência do dejetado, do jogado aos cães, à imundície, na lixeira” (*Ibid.*, p. 114).

Entretanto, não se pode esquecer que, desta maneira, provoca o constrangimento de seu algoz. Ora, a passividade esconde uma atividade que está mascarada. Daí a célebre afirmação de que o masoquista educa o carrasco (Deleuze, 1967).

Para uma melhor compreensão da dinâmica masoquista basta recorrer à literatura libertina de autoria de Masoch (Masoch, 1870 *apud* Deleuze, 1967), que inspirou o quadro assim nomeado na nosografia psiquiátrica. Nesta manobra perversa, o domínio se mantém nas mãos do masoquista, fato que se comprova pela necessidade de um contrato, no estilo jurídico, que regule a prática cruel e sádica contra o masoquista. No instrumento em questão, são descritos, um a um, os infortúnios pelos quais passará por um determinado período. Para citar um exemplo, no contrato entre Sacher-Masoch e Mme. Pistor (Deleuze, 1967), o primeiro se compromete a ser seu escravo por seis meses, que podem ser interrompidos conforme o “capricho da soberana” (*Ibid.*, p.255, tradução minha como todas as demais desse autor). Depois de finalizado esse período, o contrato

será considerado por ambos como tendo sido inexistente e a ele não se fará nenhuma menção. Então, tudo voltará a ser como antes. Desse entendimento decorre a afirmação de que “não há masoquismo sem contrato” (*Ibid.*, p.67), portanto esta peça é fundamental na montagem perversa masoquista.

“O contrato masoquista não exprime somente a necessidade do consentimento da vítima, mas o dom de persuasão, o esforço pedagógico e jurídico pelo qual a vítima ensina seu algoz” (*Ibid.*, p.67).

4

Aspectos clínicos da perversão

4.1

Discurso perverso

A perversão é tomada neste trabalho sob a ótica do discurso, via própria para a realização de um estudo teórico articulado com a prática, a que me proponho desenvolver. Nesse caso, a perversão não é tomada como uma estrutura, mas sim como um estilo de laço social, especialmente como uma dinâmica que se estabelece na transferência. Refiro-me a um tipo de fala, endereçada ao analista, que se presta à finalidade defensiva de neutralização da angústia de castração.

Neste contexto, a perversão não tem o enfoque de uma categoria nosográfica, já que a psicanálise permite o estudo de uma dinâmica perversa que se constitui no campo transferencial.

O discurso perverso é especialmente performativo, como notaram vários autores. Performativo, na teoria dos atos de fala de Austin, é um discurso que, mais do que descrever ou relatar, é ato, faz coisas, como sugere o título do último livro deste autor: *How to do things with words* (1975). Segundo Austin, “a ação é uma atitude independente de uma forma lingüística: o performativo é o próprio ato de realização da fala-ação” (Ottoni, 1998, p.36).

Para recusar a castração, o perverso necessita de um cúmplice. Afinal de contas, ele só conserva a ilusão de completude se encontra respaldo naqueles que o cercam, geralmente neuróticos que bem sabem da castração. Isso porque:

“Se a recusa da castração leva a um arranjo ou encenação em que as outras pessoas são parte integrante, elas devem cumprir, nesse teatro, a parte que o perverso espera delas ou sua angústia sobrevirá” (Rudge, 1999, p.6).

Assim, ele precisa de alguém para que sua montagem perversa seja bem sucedida, isto é, para que provoque o efeito desejado, que é aniquilar a angústia de castração na medida em que essa desponta no outro. Então, talvez por essa razão, o perverso se mostre um grande sedutor.

Ora, neste ponto da dissertação, torna-se inevitável a alusão ao personagem Don Juan, de Molière, sobre quem Felman realizou uma minuciosa e rica análise, na qual demonstrou que o discurso perverso explora, em última

instância, a auto-referência do desejo narcísico do interlocutor. O perverso oferece ao outro uma imagem ideal que o seduz em seu próprio narcisismo.

“(…) o sedutor estende às mulheres o espelho narcísico idealizante dos próprios desejos delas mesmas (...), a dívida aqui é contraída a partir do narcisismo, os dois parceiros da dívida são a mulher e a imagem de si mesma” (Felman, 1980, p.49, tradução minha).

De fato, Don Juan ao fazer suas promessas, não mente. Ele não tem intenção nenhuma de cumpri-las, apenas brinca com a propriedade auto-referente dos enunciados performativos (*Ibid.*). Isto porque “o performativo não tem o seu referente (...) fora de si ou, em todo caso, antes de si e face a si. Não descreve qualquer coisa que existe fora da linguagem (Derrida, 1972, p.363 *apud* Ottoni, 1998, p.52). Desta maneira, o performativo não tem valor de verdade, apenas serve para promover uma ação.

E o discurso perverso se utiliza disso, subverte a autoridade da primeira pessoa, parasitando o performativo através de sua repetição infinita; além disso, manipula o outro de forma que ele próprio transgrida suas promessas (Felman, 1980).

Isto porque, na ótica donjuanesca, ser fiel à promessa é o mesmo que aceitar a morte (*Ibid.*). Portanto, dessa forma o que Don Juan faz é recusar o fim, a morte, e em última instância, a castração.

A atuação do perverso foi categorizada por McDougall (1980) como um sintoma, chamado de ato-sintoma. Através dele, o perverso refaz, a cada vez, a recusa da castração. Assim, “a instabilidade do arranjo defensivo perverso articula-se com o desempenho (*acting-out*) como seu sintoma privilegiado” (Rudge, 1999, p.7).

No ato-sintoma, há uma proteção contra a angústia de castração, também entendida como temor à morte psíquica, ou seja, à fragmentação do eu (McDougall, 1980).

O perverso revive, através de seu sintoma, a experiência de onipotência desfrutada pelo eu ideal. Bem diferentemente do neurótico, que busca esse sentimento através de seus ideais, ele precisa de um outro que lhe ateste o sucesso de sua recusa à castração. Recorre, portanto, a um mecanismo de reparação egóica que é operada pelo olhar de um terceiro.

“Graças à sombra deste terceiro, o indivíduo é capaz de conservar o sentimento da sua identidade e de anular o risco sempre presente da depressão ou da angústia persecutória que ameaçam o seu Eu, que se arrisca a mergulhar no vazio psíquico” (McDougall, 1980, p.42).

Percebe-se na citação acima que a autora, dentro de uma tradição da escola inglesa, aproxima a perversão da psicose. Concebe a primeira como uma saída à segunda, da qual se escapa através da criação do fetiche, posição compartilhada por Clavreul (1967).

Na verdade, se a análise da questão se efetuar pela via da inscrição da Lei, conclui-se que, na perversão, a castração foi afirmada e não somente recusada. Daí a célebre frase de Manonni (1973, p. 12): “eu sei que... mas mesmo assim...”. O problema é que o perverso não parece querer saber “desta sombra carregada do pai simbólico” (Dor, 1997[1991], p.41).

Portanto, sob esta ótica, a perversão estaria mais próxima da neurose do que da psicose. Até porque, Freud caracterizou a criação do fetiche como uma formação inconsciente, cujo mecanismo operador se assemelha àquele presente nos sonhos e nas neuroses.

McDougall (1980) cita em seu trabalho alguns casos clínicos, nos quais o espectador, esse terceiro que olha para a cena, era a própria imagem do sujeito refletida no espelho. Penso que, na atuação, o perverso invoca a unificação de sua *imago*. Esse Outro, terceiro, lhe garante uma *gestalt* – imagem integral, com a qual se identifica, sentindo-se desse modo completo, inteiro.

A atuação assim visa retomar a experiência de onipotência do eu ideal, matriz de todas as demais identificações, e formada a partir de uma identificação primeira, realizada pelo sujeito em um momento muito remoto, anterior à escolha do objeto e à vivência do complexo de Édipo. Trata-se de uma identificação direta e imediata com o Outro fálico. Como teorizou Zalcberg:

“O perverso necessita da materialização dessa imagem [falo] como suporte de seu ser, desmentindo¹ o que aparece na cadeia significante sob a forma de falta” (Zalcberg, 1995, p.90).

Desse modo, concluo que através do ato-sintoma, o perverso recusa a castração, identificando-se com o falo. Para tanto, necessita de um parceiro, que

¹ A autora empregou o verbo desmentir em referência ao termo alemão *Verleugnung*, utilizado por Freud, e traduzido neste trabalho como recusa.

participe de seu jogo erótico. Geralmente, um neurótico se encaixa muito bem nesse papel, pois além de carregar sua culpa, carrega a do outro.

Já que iniciei a discussão sobre a natureza da dinâmica que o discurso perverso engendra, me dedicarei à tarefa de desenvolvê-la, visto ser de grande valia para a própria análise da transferência que prevalece na clínica da perversão.

4.2. Casal perverso

Imbuída do propósito de realizar esta tarefa, tomarei emprestado de Clavreul (1967) a categoria de “casal perverso”, que também servirá à abordagem da relação entre analista e analisando, tema da próxima seção.

Em primeiro lugar, gostaria de defini-lo, o casal perverso é caracterizado como aquele cujo vínculo amoroso se funda em um contrato, bem no estilo de Masoch. Ou seja, trata-se de uma relação amorosa afeita a abusos, que são estabelecidos previamente.

O contrato tem de ser, no caso, bem definido e confidencial, incluindo em suas cláusulas o “abuso autorizado da perversão” (Clavreul, 1996[1967], p.119).

Ao contrário de todos os outros, no contrato do casal perverso – e esta é sua “peça principal” (*Ibid.*, p.119) – o terceiro elemento, aquele que testemunha a legitimidade da relação e dessa forma a regula, deve estar ausente.

“Esse terceiro, que está necessariamente presente para assinar, ou melhor, para endossar a autenticidade de um vínculo amoroso normal, deveria ser excluído aqui, mais exatamente presente mas numa posição tal que ele fosse necessariamente cego, cúmplice ou impotente” (*Ibid.*, p.119).

Encontra-se excluído deste enlace, o representante da Lei e dos princípios que regem as trocas sociais. Assim, na intimidade desse par, os momentos de carinho se alternam com os de maus-tratos.

Os casais perversos não deixam de se vangloriar de ficarem após tantos anos, tão emocionados e terem tanto cuidado um com o outro (...). E citam naturalmente, como prova de amor que um tem pelo outro o respeito que têm pela intimidade, pelo segredo, pela liberdade do outro. Para o observador assombrado, um dos maiores motivos de surpresa será observar como podem conciliar uma extrema delicadeza com o desrespeito total do outro que a prática perversa implica (*Ibid.*, p.123).

A manutenção de uma relação deste tipo se deve ao segredo, que deve ser velado pelos dois. Se este for denunciado e desse modo vier a público, o contrato é anulado e a união se desfaz. Portanto, esta é a única razão para que o casal perverso se separe, ao contrário de outros casais, para quem a infidelidade ou a falta de respeito podem motivar desligamento (Clavreul, 1996 [1967]).

A certeza do perverso de que porta a verdade e seu desapego à culpa fazem com que seu par assuma toda sua angústia. Por isso, ainda que seu companheiro seja reduzido a um “objeto parcial” (McDougall, 1980, p.36), é investido pelo perverso e desempenha “uma função mágica” (*Ibid.*, p.36).

No jogo perverso, a excitação erótica depende da certeza da inocência de seu par. Ele goza com a culpa neurótica inconsciente, que então se denuncia. O erotismo cresce em proporção à angústia, aumentada pelo fato do perverso ocupar o lugar de ideal do eu para o seu parceiro.

“Afinal, todos nos dizem, em todo caso, que a excitação erótica pela contemplação do sofrimento só se baseia numa certeza: a de que *o outro é inocente*. Também, bem mais do que os gritos de sofrimento da vítima, o que importa ao sádico são os protestos de inocência e as súplicas de perdão” (Clavreul, 1990[1967], p.121-122).

Então, parece estar claro que o que interessa na escolha perversa do parceiro é sua virtude, ou em outras palavras, as insígnias que porta (*Ibid.*), já que a lei é necessária para ser ultrajada. Assim, a *disparidade* entre o casal, para empregar o mesmo termo usado pelo autor, faz-se evidente.

“Vemos assim o atleta unido ao zé-ninguém; o intelectual refinado com o rude inculto; a mulher maciça ligada ao anjo da feminilidade; o alcoólatra imoral com uma santa; o velho vicioso e o sedutor com a púbere inocente; o personagem social respeitável com o patife” (*Ibid.*, p.121).

Portanto, o par do exibicionista não é o voyeur, e do masoquista não é tampouco o sádico, pois essa complementaridade não existe na perversão.

Sem chegar a tais extremos, digamos, no entanto, que o que continua sendo mais importante para o perverso é o fato de o Outro estar comprometido, inscrito o suficiente nas referências comuns, principalmente de respeitabilidade, para que cada nova experiência represente uma *devassidão*, ou seja, para que o outro se encontre extraído de seu sistema e para que ele tenha acesso a um gozo cujo domínio o perverso se vangloria de ter em qualquer circunstância. Sempre há em qualquer ato perverso algo parecido com o estupro, no sentido de que é importante que o outro seja arrastado como contra a sua vontade numa

experiência que se inscreve em falso com relação a todo um contexto (*Ibid.*, p.133).

Para aprofundar a discussão teórica, apresentarei um caso clínico que retrata o casal perverso, e mais ainda, revela a reificação da perversão no discurso histórico.

Foi num estado de desespero e extremo desamparo que X, uma mulher de aproximadamente 50 anos, compareceu ao ambulatório de psicanálise de uma unidade pública de saúde.

Está casada há 24 anos com um policial militar dez anos mais novo que ela, nomeado por mim de Y, que a humilha e insulta, pelos últimos quatro anos. Até esta época, ele era um “bom marido”, amoroso e provedor, “pai de seus filhos”. Ela atribui a mudança à influência de uma mulher envolvida com a criminalidade, sua amante, com quem ele tem um filho de 4 anos (aí talvez resida a razão de localizar a mudança nesta época).

X se incomoda muito com o fato dele ser dissimulado, ter “duas caras”, pois na frente da família e vizinhos, Y é extremamente carinhoso, postura que não adota quando estão sozinhos.

Ele passa todos os dias fora de casa, não diz aonde vai e nem de onde vem, fica incomunicável, apenas aparece para comer e dormir. Além disso, vem apresentando atitudes consideradas por elas muito suspeitas, o que faz aumentar sua angústia, pois ela teme que seja responsabilizada por alguma coisa errada que ele tenha feito. Um dia me disse:

“Se me perguntarem sobre alguma coisa que ele fez, eu não vou saber responder e vão me dizer, mas você tem que saber, você é a esposa dele!”.

Parece portanto que ela se sente culpada. E então, sai à procura de motivos. Mexe nas coisas do marido, verifica se a mala do carro e as portas estão abertas para ver o que ele guarda, chega até a ler as bulas dos remédios que encontra caídas no chão.

Ele não arca com nenhuma despesa doméstica e ela, embora reclame, cuida dele como uma “boa esposa”, lava, passa e cozinha, “para que ele não tenha nada de errado para falar” dela. Só se refere a ele pelo termo “senhor”/ “seu”, o que parece fazer dela uma serva. É submissa e costuma aceitar tudo que ele fala.

Muito assustada com ameaças de morte que recebeu por telefone, contra si e seu marido, cuja autoria atribui à amante do marido e seus “colegas”, procurou ajuda policial, sem ter êxito, no entanto. Este fato contribuiu enormemente para reforçar o seu sentimento de impotência diante dele, e o superpoder que ela lhe atribui, como demonstra nesta fala:

“Eu sou ignorante, mas a sra. tem que ver ele falando, ele é culto, se a sra. visse ele, não ia acreditar no que eu estou falando. Ia pensar que eu estou mentindo. Eu paguei a faculdade dele, ajudei ele a se candidatar a vereador!”

A fantasia de X sobre a onipotência de Y ganhou força pelo fato dele ter trabalhado por quase 20 anos no fórum de seu município “onde todos gostam muito dele”, situação que a faz crer ser impossível se separar dele, a não ser que ele queira sair de casa. Desta maneira, lhe implora freqüentemente para vá embora, então nesses momentos chora, se mostra frágil, uma “doente”.

O flerte desta histérica com a ausência da Lei se torna patente pelo seu trabalho, aluguel de fitas de vídeo e de DVD (muitas são “piratas”), numa locadora sem licença montada em sua casa.

Ele a ameaça todos os dias de que ficará com a casa em que moram, e diz que se ela sair de casa por mais de 24 horas, entrará na justiça contra ela por “abandono de lar”. Toda vez que ela ensaia dizer que vai morar em outro lugar, ele a convence de ficar. E ela fica... chega às sessões chorando, desesperada, pois “não agüenta mais sofrer”. “Ele não sai de casa doutora...”, é o que me diz para justificar seus ganhos neuróticos, e completa “eu não vou sair da minha casa, que lutei tanto pra construir...”. Aos poucos ele vai tirando as coisas da casa: toalhas, eletrodomésticos, até portas e janelas. Ela se queixa de tudo isso, de seu sofrimento, mas está presa ao gozo, seduzida por alguém que se mostra não castrado.

Apesar de não ser do costume de Y agir com violência física contra X, já que ele lhe diz não ser burro o suficiente para deixar marcas, Y abusa da violência psicológica. E quando, ocasionalmente, vem a agredi-la fisicamente, usa luvas e bate em sua cabeça porque sabe que as marcas serão difíceis de serem verificadas. Quando discutem, ele coloca os dois revólveres na mesa, o que a amedronta, fazendo-a recuar. Também costuma dizer que não tem medo de matar e nem de morrer.

Suas ameaças são da ordem do horror, diria mesmo maquiavélicas. Para exemplificar a que me refiro, um dia, após uma acalorada discussão, ele a agrediu na cabeça e no braço, tendo em seguida dito que se ela fosse à delegacia para fazer exame de corpo de delito, diria que ela estava tentando se suicidar e que a teria machucado na tentativa de impedi-la “de fazer uma besteira”. Portanto, está sempre com o controle da situação. E ela, com medo.

Y chegou à ousadia de levar a amante para casa de madrugada para apresentá-la à esposa, que foi então acordada e chamada à sala para conversar. Quando olhou para a mesa de jantar, ela viu as duas armas, o que lhe provocou mais desespero. Ele fez com que sua amante dissesse a X seu nome, e há quanto tempo estavam juntos; depois insistiu para que ela dormisse em sua casa, mas como X não concordou, eles se retiraram.

Nessa ocasião, ela percebeu o quão terrífico ele podia ser para ela. E desde então, não tem “sossego”. De vez em quando se mostra um pouco destemida, disfarçando o medo que sente dele matá-la.

Numa das suas “investigações”, acabou descobrindo que ele se livrou do dever de pagar pensão para a filha mais velha, que vive fora do Estado, pois argumentou que sua esposa estava muito doente, era paraplégica e precisava de grande quantidade de remédios, assim devido à tamanha despesa, ficava impossibilitado de arcar com sua obrigação legal.

No caso que descrevi brevemente, fica explícito como um neurótico, aprisionado pelo silêncio e atormentado pela culpa inconsciente que carrega, pode vir a se colar na imagem que o perverso lhe empresta. As autoacusações e recriminações neuróticas levam X a aceitar toda angústia e culpa que lhe são projetadas pelo seu par. Dessa forma, às vezes chega a duvidar da própria palavra, como demonstram essas falas:

“Sei que não parece ser verdade o que estou dizendo. Ninguém acredita, meus vizinhos, as pessoas que moram perto da minha casa... porque na frente deles ele é outra pessoa, me beija, pergunta como eu estou”.

“Tem vezes que acho que estou ficando maluca” [Como se nem ela própria pudesse acreditar em si mesmo].

“Eu queria já ter procurado um psicólogo, mas aí ele falou: procura, que vão ser dois malucos ao invés de um só”.

Mas, isto tudo não faz dessa mulher uma vítima, já que não podemos ignorar o gozo preso ao sintoma. De fato, ela está paralisada, capturada pelo olhar do outro, visto numa posição idealizada. Assim, mostra-se seduzida pela imagem que ele representa, de onipotência narcísica, que abarca a transgressão à Lei, movimento que ela própria se incube de fazer.

Desta maneira, alienada ao Outro e determinada pelo fantasma perverso masoquista, essa neurótica amiúde sofre, se angustia, mas também goza, pois recebe de seu par “a promessa de êxtases carregados de infinitude para retirar a ‘barra’ do sujeito” (Helsing, 1996a, p.192). Assim, parafraseando Sade, não se poupa de ser carne para ser gozada.

4.2.3 Vicissitudes da clínica com perversos

Através da discussão desenvolvida sobre o casal perverso e o papel do não-perverso na montagem da recusa da castração, é possível examinar a manifestação, na clínica psicanalítica, das peculiaridades psíquicas da perversão.

A primeira e mais importante delas é o fato da recusa, defesa que neutraliza a angústia de castração, ser uma operação psíquica fundadora da constituição do sujeito, junto com o recalque.

De fato, a recusa não é exclusiva à perversão, porém, o que é peculiar, no caso, é o objeto que é recusado: a castração, e mais, a intensidade com que é utilizada. Afinal, no aparelho psíquico, essa defesa se torna a mais importante.

Sua manifestação é sintomática. Assim, na clínica, o analista provavelmente testemunhará, em um momento ou outro, a manifestação de um discurso que se presta a recusar a castração.

Todavia, apesar do sujeito ter driblado a castração, ele não escapou de se deparar com a diferença sexual. Em realidade, ele se nega a admiti-la, mas não a desconhece.

Portanto, a visão dos genitais femininos permanece em seu inconsciente, assim como no pré-consciente, o que leva à conclusão de que há um conhecimento que foi adquirido sobre a diferença entre os sexos. Enfim, deste modo, é certo que a castração está inscrita. Reside, também neste ponto, uma

proximidade da perversão da neurose e, por conseguinte, uma importante diferença em relação à psicose.

Se o perverso atua castrando imaginariamente o outro, ou às vezes, até o faz no real, é porque pretende assumir o lugar de agente malévolos, do pai primevo, gozador. Enfim, age dessa forma porque sabe sobre a castração e mais, reconhece que dela é impossível escapar.

Então, observa-se que, apesar da constituição do fetiche produzir um triunfo sobre a castração, há indícios de que a angústia não pode ser neutralizada de forma total, pois ao mesmo tempo em que o sujeito rejeita a castração, ele a reconhece. Ora, percebe-se que a recusa está, desde o princípio, fadada a fracassar. Ela vai estar sujeita a sofrer desorganizações, e uma vez desorganizada, deixa o caminho livre para a emergência de angústia.

A aposta na vacilação da recusa da castração faz crer que a clínica da perversão não se reduz a impasses. Com isso, não estou negando o fato deles existirem e até de serem muito comuns, apenas acredito que uma análise se faz possível. É evidente que há grandes empecilhos, podemos citar os mais importantes para discuti-los.

Em primeiro lugar, a manutenção da cisão do eu têm como efeito psíquico o abrandamento da angústia, que é a grande responsável pelo andar de uma análise. Sem ela, o trabalho de elaboração é dificultado, como nos indicou Rudge (1999):

“A recusa suporta as contradições sem registrá-las. Assim que a encenação puder ser restaurada, a vitória perversa sobre a castração irá se restabelecer, cicatrizando-se de imediato a ferida narcísica, o que torna o processo psicanalítico problemático” (Rudge, 1999, p.7).

Problemático sim, mas não impossível. Afinal, enquanto a recusa não for restabelecida, a angústia estará presente.

Outra grande dificuldade, sobre a qual se baseiam os críticos que defendem ser impossível que um perverso fique em análise, é o fato dele carregar consigo a certeza do gozo sexual, um gozo *precário e petrificado* aos quais Lacan fez referência, no artigo *Kant com Sade* (1963).

Quanto à primeira qualidade do gozo, pode ser explicada a partir da máxima sadiana, construída por Lacan, de que qualquer corpo pode ser objeto de um gozo ilimitado. Esse discurso inerente à escrita de Sade instaura como sujeito

da enunciação um Outro livre (Lacan, 1998[1963]), enquanto o perverso, em oposição, se escraviza. Por essa razão, o gozo é precário, pois se encontra “preso” no Outro (*Ibid.*, p.783). Isto é, o perverso oferece seu corpo, sua voz, seus gestos ao grande Outro, servindo imaginariamente a ele como instrumento de prazer. Dessa forma, o sujeito da alienação é novamente fundado, como indica esta passagem:

“Mas o fixar-se seu gozo nela [na forma de fetiche] não o livra da humildade de um ato em que ele não pode entrar senão como ser carnal e, até a medula, servo do prazer” (Lacan, 1998[1963], p.784).

Já o aspecto petrificado do gozo pode ser entendido como oriundo da posição do perverso que se fixa na forma de fetiche negro e dessa forma cristaliza o gozo. Em virtude disso, o perverso não se submete aos intervalos e as cadências do tempo, visto ser um verdadeiro “capitalista do gozo” (Helsing, 1996a, p.18). Assim, passa a recusar também o tempo, como se pudesse pará-lo, eternizando, dessa forma, o gozo. Nesse sentido, afirma Helsing:

“o perverso, ao não aceitar os intervalos do gozo e os limites de sua cadência, passa a impor um frenesi ininterrupto às experiências do gozar, por onde se oporia à castração. Por este viés, a temporalidade seria transmutada no seu ser (...). Enfim, na perversão, existiria uma subversão contínua da ordem do tempo” (*Ibid.*, p.25).

Ora, isso indica que a temporalidade na perversão é peculiar, conforme Helsing (1996a) chama a atenção. Neste ponto, cabe trazer uma comparação entre perversão e neurose:

“Enquanto o obsessivo posterga, adia, empurra o tempo para depois, e o histérico, ante seu infantilismo, antecipa, o perverso está sempre na ‘hora certa’, gozando, com certeza, o tempo todo e se garantindo contra o tempo via gozo” (*Ibid.*, p.30).

Portanto, o perverso idealiza a pulsão por seu movimento frenético e compulsivo, “gozando do outro que só perde por esperar” (*Ibid.*, p.154).

Pode-se observar que o gozo toma esta característica na literatura libertina sadiana, nela a vítima resiste, mostrando-se “indestrutível”, como se pudesse suportar a dor eternamente (Lacan, 1995[1959-60], p.316).

Em resumo, livre da culpa que acompanha os neuróticos, e pronto para transgredir as normas, inclusive sexuais, o perverso tem acesso a um gozo que é

interditado para os neuróticos. Segundo Miller (2001), esse é um gozo impossível de ser transmitido:

“(...) o perverso pode apresentar-se como capaz de revelar a verdade do gozo ao não-perverso. E às vezes, um perverso sofre ao deter um conhecimento do gozo sexual que não pode comunicar, então o perverso vive, em nossa sociedade humana, às vezes, em uma sociedade secreta de iniciados, mas pequena e reduzida” (Miller, 2001, p.15-16).

Os perversos carregam uma certeza sobre o gozo sexual. Daí a afirmação de Lacan de que só os perversos poderiam falar de perversão, o que se explica por haver um mais gozar perverso, sobre o qual o neurótico nada sabe.

Quando um deles procura uma análise, e nesse caso segundo a categorização feita por Miller (2001), não se trataria de um *verdadeiro perverso* mas de um *perverso clínico*, é sinal de que há algo errado com a certeza de gozo.

“Este é o paradoxo do perverso analizante, alguém que tem, em um certo nível uma resposta segura e que, no entanto, está perplexo e trabalha” (*Ibid.*, p.21).

Impossível não assinalar que este raciocínio partilha da qualidade do jogo: “cara eu ganho, coroa você perde”. O autor busca uma forma de resolver a problemática da “inacessibilidade do perverso” à análise (*Ibid.*, p.20), dividindo-os em perversos satisfeitos com o gozo, *verdadeiros perversos*, e os insatisfeitos em relação a este. Segundo esta proposta, quem vai para a análise não é um *verdadeiro perverso*.

Sabe-se bem que a forma como os neuróticos chegam em análise é totalmente diferente, eles têm dúvida quanto ao seu gozo, não sabem ao certo onde se atrapalham (*Ibid.*). E mais, sofrem porque desconhecem seu desejo, ignoram que este esteja alienado ao desejo do Outro, conforme indica o autor:

“O neurótico, bem, seu juízo é algo simples, o neurótico está fundamentalmente na incerteza sobre a gratificação sexual, o neurótico não sabe onde se atrapalha, o melhor que sabe é que tem uma dificuldade em algum ponto a este respeito, que tem um déficit em algum ponto acerca da gratificação sexual” (*Ibid.*, p.19-20).

Segundo alerta Miller (2001), para que se verifique o efeito do Sujeito Suposto Saber é preciso haver uma interrogação, um vazio, no lugar do gozo. Neste ponto então, se encontra a dificuldade do perverso entrar em análise. Pois, “se na neurose há pergunta pelo desejo, na perversão há resposta antecipada pela certeza do gozo do outro” (Helsing, 1996a, p.153). O fato de ter o objeto sexual

à mão implica em portar “a resposta que se produz no real de sua constituição subjetiva” (Miller, 2001, p.20).

Nota-se que, na perversão, a consistência de gozo leva à obstrução do desejo. Dele, o sujeito se defende, para evitar dessa forma qualquer interrogação sobre a falta e, por conseguinte, sobre a castração. O fetiche encobre essa ação aniquiladora, na medida em que se constitui como objeto exclusivo de satisfação sexual, conforme explica Lacan nesta passagem:

“Pois não é o sapatinho (...), nem o que quer que seja em que vocês encarnavam o fetiche, que é desejado, mas o fetiche causa o desejo que vai se enganchiar onde ele pode; naquela em quem não é absolutamente necessário que seja ela quem calça o sapatinho (...) para o fetichista, é preciso que o fetiche esteja lá, que ele é a condição com a qual se sustenta o desejo (Lacan, 1996[1962-63], p.110).

A estratégia de eleição de um objeto inanimado como causa de desejo garante a proteção do sujeito contra a falta, e, mais especificamente, contra a inconsistência do Outro. No seu seminário sobre a relação de objeto, Lacan (1995[1956-57]) ressaltou que a satisfação sexual obtida através de um objeto tem como efeito neutralizar a angústia que advém do encontro amoroso, onde se sabe que a relação sexual é impossível.

“No fetichismo, o próprio sujeito diz que encontrou finalmente seu objeto, seu objeto exclusivo, tanto mais satisfatório quanto é inanimado. Assim, ao menos, ele ficará muito tranqüilo, certo de não sofrer decepção por parte dele. Amar um chinelo é, realmente, ter o objeto de seus desejos ao alcance. Um objeto desprovido de qualquer propriedade subjetiva, intersubjetiva, até mesmo transubjetiva, é mais garantido” (*Ibid.*, p.85).

O perverso trabalha intensamente em prol do gozo, como um burro de carga² (Lacan, 1995[1964]). E conseqüentemente, gasta toda sua energia evitando o surgimento do desejo, justamente com o propósito de se precaver contra desagradáveis surpresas que poderiam suscitar angústia, como explica Rudge:

Para obter esse efeito [que a angústia não sobrevenha], o perverso tem um enorme trabalho, e sua atividade em prol da recusa, surgindo nas várias formas de sedução, controle, etc., é freqüentemente interpretada como efeito de um compromisso com o desejo. Ironicamente é o inverso. É o esforço defensivo contra o desejar que promove a incessante atividade (...). O perverso trabalha para não desejar, já que o desejo remete para a angústia de castração, da qual todo o seu esforço é para se evadir (Rudge, 1999, p.6-7).

² No texto de Lacan, a referência foi feita em relação ao masoquista, mas acredito que esta observação possa ser ampliada em consideração aos efeitos da recusa à castração de modo geral.

Além de todos esses obstáculos apresentados, há um outro, muito forte também: é bem improvável que o perverso deposite no analista uma suposição de saber sobre algo que o aflige, como fazem os neuróticos e psicóticos, já que:

“O saber do perverso é igualmente um saber constituído que recusa reconhecer sua inserção subjetiva num ‘não-saber’ que o precede (...). É finalmente uma espécie de saber rígido, implacável, inapto para ser revisado diante do desmentido dos fatos, esse saber sobre as coisas do erotismo que se sente seguro de obter em qualquer circunstância o gozo do outro” (Clavreul, 1990[1967], p.129).

Assim, sob este ponto de vista, constata-se que o manejo da transferência, em algumas circunstâncias, torna-se extremamente delicado, pois como apontou o autor (*Ibid.*), é fácil cair nos extremos: numa posição superegóica por um lado e conivente do outro, na medida em que a vontade de gozo do perverso pode ser atuada com o analista.

“Provavelmente é aí que somos provocados, no lugar em que aparece uma interrogação sobre uma ética da psicanálise ou, o que dá no mesmo, sobre o desejo do analista (...). Assim acontece de o analista encontrar-se reduzido ou a uma posição moralizante ou a uma posição perversa, com uma grande facilidade de passar de uma a outra” (*Ibid.*, p.137-138).

Sabe-se que o perverso precisa da presença de um terceiro, que assim ocupa o lugar do Outro, como testemunha de sua insubmissão à castração, e na clínica esse, amiúde, é o próprio analista. Desse modo, faz dele um elemento integrante do ato perverso, que se reproduz em análise. Nesse caso, o perverso se oferece como “instrumento de gozo no próprio cenário analítico” (Helsing, 1996a, p.39), retirando o analista do lugar de *sujeito-suposto-saber* e colocando-o no lugar de *sujeito-suposto-gozar* (André, 1995).

Por outro lado, o perverso pode colocar o analista na posição do outro menor, insistindo em dividi-lo. Afinal, o deslocamento da libido do paciente para a figura do analista, próprio à transferência, implica na inclusão deste em uma das séries psíquicas já formadas (Freud, 1996[1912]). Ademais, o analisando repetirá com o analista seu sintoma, reproduzindo o modo peculiar de se relacionar com o outro, em outras palavras, o seu estilo de laço social. Então, não é de se espantar que ocorram casos como o vivido por Dor, em que um paciente lhe revelou ser sua filha uma de suas parceiras sexuais “mais depravadas e híbridas” (Dor *apud* Helsing, 1996a, p.193).

Por último, o perverso pode disputar o lugar de objeto a, colocando-se como causa de desejo do analista. Por isso, temos de estar atentos à nossa função.

Outra importante questão, tabu para nós analistas, é a desconfiança do verdadeiro motivo que traz o perverso para a análise, pois não é raro aparecerem intenções escusas, conforme assinala Clavreul:

Não sou o primeiro analista a observar que a demanda que nos é feita por um perverso é particularmente estranha, ambígua (...). Vem o perverso procurar junto de nós uma proteção contra os eventuais problemas médico-legais, tentando assim reduzir-nos ao papel cúmplice do protetor? Ou procurar aos olhos de terceiros provar sua boa vontade? Ou, ainda, quer se livrar de determinada perturbaçãozinha que o incomoda enquanto permanece firmemente decidido a não modificar nada de essencial (Clavreul, 1990[1967], p.137).

Reproduzi aqui suas palavras, porque me deparei com alguns destes mesmos questionamentos na clínica. Quando li essa passagem, lembrei-me de situações vividas no trabalho que realizei, por mais de três anos, numa ONG situada no IPUB/UFRJ (Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro), chamada NAV (Núcleo de Atenção à Violência) e composta por psicanalistas que prestavam atendimento gratuito a crianças, adolescentes e adultos envolvidos com violência doméstica. Apenas no NAV e na Clínica da Violência (onde o atendimento era pago), os “autores da agressão”, como os chamávamos, a fim de evitar a colagem entre sujeito e ato que a palavra “agressor” sugere, eram atendidos no Rio de Janeiro. Entre alguns destes, e todos a que me refiro foram encaminhados pela Justiça, observei que compareciam à clínica certos de que ganhariam com isso um crédito legal, ou seja, seriam vistos como regenerados em potencial. Normalmente, o maior interesse deles era obter um comprovante da instituição que atestasse sua frequência regular, ou até, o comparecimento à primeira entrevista. Diante da negativa de lhes entregar o papel imediatamente ou de redigir qualquer parecer sobre o caso, os pacientes acabavam desistindo do tratamento depois de algum tempo.

Ora, sei que de alguma forma, o trabalho analítico estava comprometido pela forma como o encaminhamento havia sido realizado. Era comum que o paciente acreditasse que o NAV era uma instituição com atribuição jurídica. Assim, já era esperado que o analista fosse colocado no papel de normativizador. Sabíamos que, desde a primeira vez em que o sujeito era ouvido, devíamos nos posicionar de modo a desfazer esse entendimento equivocado.

Um dos casos foi de um sujeito, de aproximadamente 35 anos. Ele havia abusado sexualmente da enteada de 8, que criara desde seu nascimento, e procurou atendimento, orientado por uma assistente social da Justiça. Suspeito que se tratava de perversão, embora o número de sessões tenha sido insuficiente para um exame criterioso. Logo na primeira entrevista, de triagem, ele já deixou claro que sua presença se devia à necessidade de levar consigo um papel que confirmasse estar em tratamento. A assistente que o encaminhara havia lhe dito que isto lhe ajudaria muito, já que estava sendo processado pelo Estado.

Seu modo de me olhar causou-me muito desconforto, pois era intimidador e, num certo ponto, maligno. Não se mostrava envergonhado, culpado e nem constrangido. Disse que estava tudo bem entre ele e a esposa, e com sua enteada também. Diante de algumas perguntas sobre o que tinha acontecido, reagiu muito agressivamente. Disse que fazia “brincadeiras” com a sua enteada, que costumava brincar muito com a criança. Na saída, desculpou-se pela forma como agiu, dizendo que estava muito nervoso.

Em virtude de faltas sucessivas, entrei em contato com um telefone celular que ele deixara na ficha de triagem, seguindo as orientações da instituição de convocá-lo para uma segunda entrevista. Quando eu chamei por ele no telefone, fui xingada por um sujeito na outra linha, que me insultou, e então eu falei quem eu era, disse que não estava entendendo, que o Fulano havia me dado esse telefone... E a pessoa, que não se identificou, disse que o número não era do Fulano, mas que daria a ele o recado. Formou-se, então, um grande mal-estar, se o telefone não era dele, e mais, se era de alguém pronto a ultrajar quem quer que procurasse por ele, por que me deu o número? Segunda questão, e se fosse de fato ele no telefone? Entretanto, como eu estava seguindo o trâmite da instituição, e nesse caso deveria chamá-lo para uma segunda entrevista, enviei-lhe um telegrama, mas ele não apareceu mais. Devo confessar que me senti aliviada. Qual não foi minha surpresa quando ele compareceu ao NAV à minha procura, algumas semanas depois. Quando perguntado do telefonema, respondeu que não havia recebido recado algum. Sobre o telegrama, alegou que havia entendido que era para comparecer em outro lugar, para onde se dirigiu. Não consegui evitar ouvir aquela estória como um conto da carochinha. E, lá estava ele novamente atrás do famoso “papel”. Deixou claro que não queria mais retornar, e disse que se

precisasse de ajuda, procuraria um lugar perto de sua residência. Assim, o caso foi encerrado.

Parece-me então ser uma dedução lógica que a análise com perversos esteja muito mais sujeita a contra-transferências intensas, do que a com neuróticos. Pois, a angústia do analista poderá ser buscada pelo perverso. Assim, gostaria de trazer uma reflexão de Helsinger sobre sua experiência clínica:

“Houve transgressões, ataques ao contrato, perversidades no *setting*, mas se ousamos atender aos perversos sofreremos os avatares de suas montagens. Suportar transferencialmente um tratamento psicanalítico de um analisando de estrutura perversa, tem sido um difícil desafio” (Helsinger, 1996b, p.982-983).

Apesar dos obstáculos na clínica ressaltados nos parágrafos acima, não podemos recuar diante da perversão. Embora aparentemente estejamos diante de um gozador, de alguém que não sofre com o martírio da culpa e tem desinibição suficiente para obter um gozo consistente, trata-se na realidade de um sujeito alienado ao Outro, escravizado, preso aos Seus ditames de gozo. Portanto, não devemos ignorar o sofrimento de um sujeito condenado à repetição do sintoma. Como nos ensinou Freud, ao invés de repetir o paciente deve elaborar. Acredito que a direção da cura deva seguir este caminho.

5 Conclusão

Neste estudo sobre os aspectos teóricos e clínicos da perversão, tomada teoricamente como uma dinâmica psíquica peculiar e fundada na recusa da castração, que se manifesta clinicamente sob a forma de um discurso performativo, cheguei a algumas conclusões.

Quanto à teoria freudiana sobre a perversão, mostrei que Freud não a criou do nada, pois psiquiatras antecessores a ele já haviam iniciado uma discussão a respeito da sexualidade, tendo inclusive identificado aspectos culturais nas restrições à conduta sexual padrão.

Busquei ressaltar que todo conhecimento referido a Freud deve ser contextualizado, pois em momentos distintos estão em jogo duas acepções do termo perversão, uma de caráter universal referente à natureza aberrante da sexualidade humana, que é infantil; e outra relativa à uma dinâmica psíquica particular e distinta da neurose e da psicose, fundada na recusa da castração e operada pela neutralização da angústia.

Por último, defendi que, ao contrário da impressão que Freud provocou, notada pela reação negativa da sociedade, inclusive científica, em relação a sua defesa de haver uma sexualidade nas crianças, sua intenção não era de reduzir o psiquismo ao aspecto sexual. O que Freud tencionava era mostrar que a sexualidade precisava ser vista sob um âmbito maior, concernente à relação do sujeito com o outro e com os objetos, enfim, com o mundo que o cerca.

Em *Três Ensaio*s (1905), a perversão tem sua raiz na infância, e é efeito do resíduo de um traço da sexualidade infantil que não sofreu recalque.

Na leitura de *Uma criança é espancada* (1919), enfatizei o caráter estrutural da fantasia masoquista perversa construída pelos neuróticos, e o fato de que a análise das cenas de espancamento permitiu a Freud situar a gênese da perversão no complexo de Édipo.

Já o artigo *Fetichismo* (1927) é paradigmático, pois nele a perversão é apresentada na forma de uma constituição psíquica motivada pela recusa da diferença sexual, ou melhor, pela recusa da castração. Esse é o mote para se compreender a posição em que o perverso se coloca na relação com o outro, ou seja, seu estilo de laço social.

Assim, justifiquei o equívoco de se definir a perversão, atualmente, a partir de um aspecto exclusivamente descritivo, tomando-a como perversão do comportamento sexual. Neste trabalho, procurei escapar de uma perspectiva nosográfica, já que esta não pode nortear o campo de pesquisa na psicanálise. O que interessa ao analista é a relação que o sujeito estabelece com o outro e a dinâmica subjetiva que o constitui. Se o paciente traz para a análise uma conduta sexual não aceita socialmente, o que deve ser ouvida é a posição de transgressão à lei, isto é, à norma social engendrada por sua atitude.

Neste trabalho de pesquisa me deparei com um grande obstáculo. Diante da constatação de que todas as referências feitas por Freud em sua obra sobre a perversão diziam respeito aos homens, me vi desafiada a desenvolver uma análise sobre a perversão feminina. Todavia, devo reconhecer que não consegui concluir essa tarefa, até porque não tinha experiência clínica para relatar a respeito. Assim, deixo para abordar o tema com mais propriedade numa outra ocasião.

Aproveito para comentar que não tive o compromisso de fazer uma revisão completa da obra de Lacan, seguindo cada seminário cronologicamente, como fiz em relação a Freud. Deixo para realizar tal tarefa numa futura oportunidade. Assim, escolhi alguns de seus livros, nos quais identifiquei as noções principais sobre o tema. Através desta leitura, compreendi principalmente que:

- perversão não pode ser confundida com pulsão, quero dizer, ela não deve ser considerada como uma manifestação do inconsciente em estado livre, ou seja, liberto de qualquer recalque. Existem representações recalçadas na perversão, pois a recusa não é o único mecanismo de defesa constituinte de seu aparelho psíquico;
- é impossível fazer uma relação direta entre perversão e perversidade, posto serem duas categorias distintas. A primeira diz respeito a uma dinâmica psíquica, a um funcionamento e organização particular do aparelho psíquico. E a segunda, a um atributo subjetivo, que pode existir tanto na perversão como na neurose e na psicose.

Sendo assim, posso afirmar que Lacan teve o mérito de elucidar questões que eram ainda enigmáticas para a psicanálise. Desconstruiu noções equivocadas como a confusão feita entre perversão e infantilismo sexual, entre masoquismo perverso e neurótico, e entre perversão e pulsão.

Quanto ao exame dos aspectos clínicos da perversão, uma das duas propostas deste trabalho, o fato de ter tomado a perversão como uma manifestação discursiva foi a maneira encontrada para circunscrevê-la da forma como comparece ao analista. Assim, a perversão deve ser examinada sob o viés de uma dinâmica intersubjetiva que se estabelece no *setting* analítico.

Embora eu tenha defendido a opinião de que nós analistas temos que nos propor a escutar a perversão, sei que a experiência clínica descrita por mim neste trabalho não é muito encorajadora. Talvez, em função de ter vivido grandes impasses na prática, tenha me proposto a estudar o tema, na busca de lidar melhor com eles no futuro.

Neste ponto da dissertação, o testemunho de Helsinger (1996a) foi fundamental, tendo em vista seu relato de experiência em atendimento com perversos. Ele ressaltou existirem inúmeras dificuldades suscitadas a partir de transgressões e ataques feitos na clínica e portanto, endereçados ao analista. Outra grande contribuição sua foi a comunicação de um caso clínico de perversão do início ao fim, do qual pude retirar algumas idéias.

É certo que não se trata de uma tarefa fácil recebê-los na clínica, quando a transferência que se estabelece é da ordem da transgressão e do ultraje. Muitas vezes, torna-se praticamente impossível não sair da função de analista, pois fica-se impossibilitado de sustentar o desejo. O analista pode se ver, como eu própria já me vi, dividida subjetivamente, encurralada entre o ensinamento freudiano do método de associação livre e a escuta de um discurso violador. Então, como encontrar o limite entre a suspensão da censura e do juízo de valores, e a posição de cúmplice do paciente? Tentei sugerir alguns caminhos, mas em realidade, esta pergunta permanece em aberto. Espero poder desenvolvê-la futuramente.

6

Referências bibliográficas

ANDRÉ, S. **A impostura perversa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

ASSOUN, P-L. **Le fétichisme**. 1. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. 2nd. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1975.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BLEICHMAR, H. **Introdução ao estudo das perversões**: a teoria do Édipo em Freud e Lacan. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

CLAVREUL, J. [et al.]. **O desejo e a perversão**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1967. (impressão 1990).

DELEUZE, G. **Présentation de Sacher-Masoch**. Paris: Les Editions de Minuit, 1967.

DOR, J. **Estruturas e clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Taurus Editora, 1991. (impressão 1997).

_____. **O pai e sua função em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1989. (impressão 1991).

FELMAN, S. Le scandale du corps parlant. In: _____. **La perversion de la promesse**: Don Juan et la performance littéraire. Paris: Seuil, 1980, p. 31-80.

FREUD, S. A interpretação dos sonhos. **ESB**, v. V, Rio de Janeiro: Imago, 1900. (impressão 1996).

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. **ESB**, v. VII, Rio de Janeiro: Imago, 1905. (impressão 1996).

_____. Fantasias históricas e sua relação com a bissexualidade. **ESB**, v. IX, Rio de Janeiro: Imago, 1908a. (impressão 1996).

_____. Sobre as teorias sexuais das crianças. **ESB**, v. IX, Rio de Janeiro: Imago, 1908b. (impressão 1996).

_____. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. **ESB**, v. X, Rio de Janeiro: Imago, 1909. (impressão 1996).

____. Cinco lições de psicanálise. **ESB**, v. XI, Rio de Janeiro: Imago, 1910a[1909]. (impressão 1996).

____. Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância. **ESB**, v. XI, Rio de Janeiro: Imago, 1910b. (impressão 1996).

____. Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (*dementia paranoides*). **ESB**, v. XII, Rio de Janeiro: Imago, 1911. (impressão 1996).

____. A dinâmica da transferência. **ESB**, v. XII, Rio de Janeiro: Imago, 1912. (impressão 1996).

____. Totem e tabu. **ESB**, v. XIII, Rio de Janeiro: Imago, 1913. (impressão 1996).

____. Sobre o narcisismo: uma introdução. **ESB**, v. XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1914. (impressão 1996).

____. O instinto e suas vicissitude. **ESB**, v. XV, Rio de Janeiro: Imago, 1915. (impressão 1996).

____. “Uma criança é espancada”: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. **ESB**, v. XVII, Rio de Janeiro: Imago, 1919. (impressão 1996).

____. A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher. **ESB**, v. XVIII, Rio de Janeiro: Imago, 1920. (impressão 1996).

____. Psicologia de grupo e a análise do ego. **ESB**, v. XVIII, Rio de Janeiro: Imago, 1921. (impressão 1996).

____. Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo. **ESB**, v. XVIII, Rio de Janeiro: Imago, 1922. (impressão 1996).

____. A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade, **ESB**, v. XIX, Rio de Janeiro: Imago, 1923. (impressão 1996).

____. O problema econômico do masoquismo. **ESB**, v. XIX, Rio de Janeiro: Imago, 1924a. (impressão 1996).

____. A dissolução do complexo de Édipo. **ESB**, v. XIX, Rio de Janeiro: Imago, 1924b. (impressão 1996).

____. A perda da realidade na neurose e na psicose. **ESB**, v. XIX, Rio de Janeiro: Imago, 1924c. (impressão 1996).

____. Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. **ESB**, v. XIX, Rio de Janeiro: Imago, 1925a. (impressão 1996).

_____. Um estudo autobiográfico. **ESB**, v. XX, Rio de Janeiro: Imago, 1925b[1924]. (impressão 1996).

_____. Psicanálise. **ESB**, v. XX, Rio de Janeiro: Imago, 1926[1925]. (impressão 1996).

_____. Fetichismo. **ESB**, v. XXI, Rio de Janeiro: Imago, 1927. (impressão 1996).

_____. O mal-estar na civilização. **ESB**, v. XXI, Rio de Janeiro: Imago, 1930[1929]. (impressão 1996).

_____. Sexualidade feminina. **ESB**, v. XXI, Rio de Janeiro: Imago, 1931. (impressão 1996).

_____. Conferência XXXI: A dissecação da personalidade psíquica. **ESB**, v. XXII, Rio de Janeiro: Imago, 1933a[1932]. (impressão 1996).

_____. Conferência XXXIII: Feminilidade. **ESB**, v. XXII, Rio de Janeiro: Imago, 1933b[1932]. (impressão 1996).

_____. A divisão do ego no processo de defesa. **ESB**, v. XXIII, Rio de Janeiro: Imago, 1940[1938]. (impressão 1996).

FROTA NETO, E. H. **A interpretação psicanalítica como um ato de fala**. 2001. 29f. Monografia – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

GARCIA-ROZA, L. A. **Freud e o inconsciente**. 15. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1984. (impressão 1998).

GILLESPIE, W. The general theory of sexual perversion. **Psychoanalytical Quarterly**, n.37, p. 396-403, 1956.

HELSINGER, L. A. **O tempo do gozo e a gozação**: a temporalidade na perversão. Rio de Janeiro: Revan, 1996a.

_____. Amanhã eu volto. . . sem falta! O masoquismo perverso e os tempos suspensos. **Revista Brasileira de Psicanálise**, v. XXX, N.4, p. 963-984, Rio de Janeiro, 1996b.

KAUFMANN, P. **L'apport freudien**: éléments pour une encyclopédie de la psychanalyse. Paris: Bordas, 1993.

LACAN, J. **Escritos**. In: _____. Kant com Sade (1963). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 776-803.

_____. **O seminário, Livro 4: a relação de objeto**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1956-1957. (impressão 1995).

____. **O seminário, Livro 5: as formações do inconsciente**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1957-1958. (impressão 1999).

____. **O seminário, Livro 7: a ética da psicanálise**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1959-1960. (impressão 1995).

____. **O seminário, Livro 10: a angústia**, seminário inédito.

____. **O seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1964. (impressão 1998).

LANTERI-LAURA, G. **Leitura das perversões**: história de sua apropriação médica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1979. (impressão 1994).

LAURENT, E. **Versões da clínica psicanalítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

LIRA, S. da F. **Estudo da perversão à luz da metapsicologia freudiana**. 2000. 37f. Monografia – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

MANNONI, O. **Chaves para o imaginário**. Petrópolis: Vozes, 1969. (impressão 1973).

MC DOUGALL, J. Sexualidade perversa. In: _____. **Cena primitiva e intriga perversa**. Lisboa: Editorial Veja, 1980, p. 35-80.

MILLER, J.-A. Fundamentos de la perversión. In: _____. **Perversidades**, Colección Orientación Lacaniana, Buenos Aires, Barcelona, México: Eol, Paidós, 2001, p. 15 - 38.

OTTONI, P.R. **Visão performativa da linguagem**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998.

ROSOLATO, G. Estudo das perversões sexuais a partir do fetichismo. In: CLAVREUL, J.; AULAGNIER-SPAIRINI, P.; PERRIER, F.; ROSOLATO, G.; VALABREGA, J.-P. **O desejo e a perversão**. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1967 (impressão 1990), p. 9 - 49.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. **Dictionnaire de la psychanalyse**. Paris: Librairie Arthème Fayard, 1997.

RUDGE, A. M. T. P. Interpretação e linguagem. In: SOCIEDADE DE PSICANÁLISE IRACY DOYLE. **Tempo psicanalítico**: cem anos de psicanálise – VIII Fórum internacional de psicanálise. Rio de Janeiro, 24, nov. 1990, p. 111-120.

____. Versões do supereu e perversão. **Psicologia: Reflexão & Crítica**. Porto Alegre, UFRGS, v. 12, n. 3, p. 1-12, 1999.

SACHS, H. On the genesis of perversions. **Psychoanalytical Quarterly**, n. 55, p. 477-488, 1986.

SIROIS, F. La perversion: de part et d'autre part du sexe. **Canadian Journal of Psychoanalysis**, vol. 7, n. 2, p. 271-296, 1999.

VALAS, P. **Freud e a perversão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

ZALCBERG, M. **As histéricas contam-nas uma por uma**: da solução "perversa" na mulher. 1995. 207f. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.